São Paulo
DATA MERCANTIL
R$ 2,50 | Quinta-feira, 18 de abril de 2024 | Edição N º 1009
datamercantil.com.br

Câmara de SP aprova em 1ª votação projeto crucial para venda da Sabesp avançar

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou na quarta-feira (17) um projeto de lei que, na prática, dá sinal verde para o que o governo estadual avance com a privatização da Sabesp.

Por 36 a 18, os vereadores revogaram artigos de uma lei municipal de 2009 que estabeleciam que o contrato entre a prefeitura e a Sabesp seria extinto caso o controle acionário da companhia fosse transferido à iniciativa privada. A aprovação desta quarta foi em primeiro turno. O texto ainda será discutido em audiências públicas até a segunda e definitiva votação na Câmara, prevista para o começo de maio. O resultado, porém, serve de termômetro para o processo, indicando que a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) não deve ter problemas na esfera municipal.

O projeto era visto como crucial para a privatização, porque, sozinha, a capital responde por 45% do faturamento da Sabesp. Ou seja, se a maior fonte de receita ficasse fora do pacote, o leilão de ações previsto para o meio deste ano perderia atratividade.

A autorização para a venda da companhia foi concedida no final de 2023 pela Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo). O texto aprovado pela Câmara de São Paulo nesta quarta autoriza que a Sabesp privada possa operar na capital.

Para o projeto passar, era necessário maioria simples da Casa, isto é, 28 dos 55 votos.

Partidos como PT, PSOL e PSB, que se posicionaram contra a medida, vinham criticando a velocidade da tramitação. O PL foi enviado à Câmara pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) em março.

Nas últimas semanas, o próprio presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite (União Brasil), que é da base aliada à Nunes, vinha sinalizando alguma resistência ao projeto de lei.

No último dia (11), ele defendeu que a prefeitura da capital contratasse uma empresa independente para avaliar se a privatização traria vantagens ao município.

Críticos da iniciativa de Tarcísio afirmam que a cidade tem pouco a ganhar com a desestatização da empresa, já que a universalização do saneamento já está prevista para 2029 (prazo que o governo de São Paulo promete como atrativo para as demais cidades).

Thiago Bethônico/Folhapress

Economia

Caixa começa a pagar Bolsa Família de abril

Página - 03

Brasil e França defendem taxação de super-ricos em evento no FMI

Página - 03

SP Ventures investiu US$37 milhões em 17 startups do agro em 2023

Página - 05

CloudWalk lança app e anuncia expansão para os EUA

Página - 05

Política

Moraes tem encontro com Lira e vai de surpresa ao Senado em meio a crise e ameaça de CPI

Página - 04

Comissão do Senado aprova PEC que turbina salário de juízes e promotores

Página - 04

No Mundo

Israel vai tomar as próprias decisões sobre resposta ao Irã, diz Netanyahu

Enquanto líderes de países ocidentais pedem moderação a Israel após o ataque com mísseis e drones do Irã, o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu afirmou na quarta-feira (17) que Tel Aviv vai tomar as "próprias decisões" na crise que ameaça um conflito mais amplo no Oriente Médio. A declaração ocorreu no momento em que o gabinete de guerra israelense discute, já há quatro dias, como será a resposta à ofensiva de Teerã.

Os Estados Unidos, a União Europeia e os países do G7, o grupo que reúne as principais economias do mundo, anunciaram planos para impor sanções mais rígidas ao regime iraniano com o objetivo de apaziguar e persuadir a coalizão liderada por Netanyahu de evitar o endosso por um ataque direto ao Irã.

Também como parte dos esforços para arrefecer a crise, os chanceleres do Reino Unido, David Cameron, e da Alemanha, Annalena Baerbock, encontraram-se nesta quarta com Netanyahu, em Tel Aviv, onde manifestaram apoio, mas reforçaram os pedidos de "prudência" em uma eventual retaliação.

"Quero deixar claro que tomaremos nossas próprias decisões e que o Estado de Israel fará tudo o que for necessário para se defender", respondeu Netanyahu, segundo comunicado divulgado por seu gabinete.

A repórteres Baerbock disse que o agravamento do conflito não serviria a ninguém. "Nem à segurança de Israel, nem às muitas dezenas de reféns que ainda nas mãos do Hamas, nem à sofrida população de Gaza, nem às pessoas no Irã que estão sofrendo sob o regime, nem aos outros países da região que simplesmente querem viver em paz."

Os apelos por moderação ocorreram enquanto o gabinete de guerra de Israel se encontrava pelo quarto dia consecutivo, nesta quarta, numa tentativa de tentar definir como será a resposta ao Irã.

Folhapress

Ministros do G7 se reúnem na Itália em meio a pedidos de sanções contra Irã

A escalada contínua das tensões entre Israel e o Irã e as guerras em Gaza e na Ucrânia dominarão a agenda dos ministros dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha, Canadá e Japão.

A Itália, que detém a presidência rotativa do G7, está pressionando por um cessar-fogo em Gaza e uma redução da escalada das tensões no Oriente Médio, mas Israel parece muito propenso a retaliar contra os ataques de fim de semana do Irã, apesar dos pedidos ocidentais por contenção.

"Em um contexto de fortes tensões internacionais, o G7 liderado pela Itália tem a tarefa de trabalhar pela paz", disse o ministro das Relações Exteriores, Antonio Tajani, em um comunicado.

As nações do G7 prometeram apoio a Israel após o ataque, que veio em resposta a um suposto ataque aéreo israelense ao complexo da embaixada do Irã em Damasco em 1º de abril, que matou dois generais e vários outros oficiais iranianos.

Os EUA disseram na terça-feira (16) que planejam impor novas sanções ao programa de mísseis e drones de Teerã nos próximos dias e esperam que seus aliados sigam o exemplo. Tajani disse à Reuters nesta semana que quaisquer sanções podem se concentrar apenas em indivíduos.

Os mísseis e drones iranianos lançados no sábado foram abatidos principalmente por Israel e seus aliados, e não causaram mortes. Mas Israel diz que deve retaliar para preservar a credibilidade de seus dissuasores. O Irã diz que considera o assunto encerrado por enquanto, mas vai retaliar novamente se Israel o fizer.

CNN

Ataque da Rússia deixa ao menos 16 mortos no norte da Ucrânia

Três mísseis russos atingiram nesta quarta-feira o centro de Tchernihiv, uma cidade no norte da Ucrânia, perto da fronteira com a Rússia. A ofensiva deixou ao menos 18 mortos, dezenas de feridos e edifícios civis danificados.

O presidente Volodimir Zelenski pediu aos aliados de Kiev que se apressem em apoiar a defesa aérea depois que a cidade se tornou o mais recente alvo de uma intensificação da campanha de ataques aéreos russos.

"Isso não teria acontecido se a Ucrânia tivesse recebido equipamento de defesa aérea suficiente e se a determinação do mundo em combater o terrorismo russo tivesse sido suficiente", escreveu Zelenski no aplicativo de mensagens Telegram.

Três explosões atingiram uma movimentada área central da cidade pouco depois das 9h, horário local, destruindo um hotel, disseram autoridades. Vídeos obtidos pela Reuters mostraram chamas e colunas de fumaça negra subindo sobre a cidade, que fica a cerca de 150 quilômetros da capital Kiev.

O ataque também danificou um hospital, uma instalação educacional e dezenas de carros particulares, disseram autoridades. "Infelizmente, a Rússia continua a envolver-se em atividades terroristas contra civis e infra-estruturas civis, como confirmado mais uma vez por este ataque a Tchernihiv", disse o presidente da Câmara em exercício, Oleksandr Lomako, na televisão nacional.

Mais de 60 pessoas, incluindo três crianças, ficaram feridas, disse Lomako. A Rússia atacou com três mísseis de cruzeiro Iskander, informou o governador Viatcheslav Chaus à emissora pública Suspilne. No entanto, os russos negam que tivessem alvos civis.

Enquanto os civis removiam vidros e detritos com pás perto de casas residenciais, os médicos locais instaram os residentes a doar sangue e as autoridades municipais declararam um dia de luto.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da

Caixa começa a pagar Bolsa Família de abril

A Caixa Econômica Federal começa a pagar a parcela de abril do novo Bolsa Família. Recebem na quarta-feira (17) os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 1.

Moradores de 178 municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública, recebem o pagamento nesta quarta-feira, independentemente do NIS. Desse total, 41 ficam no Rio Grande do Norte, 39 na Bahia, 21 no Rio Grande do Sul, 19 no Acre, 19 no Paraná, 14 no Rio de Janeiro, 13 no Espírito Santo, nove em Roraima e três no Amazonas. A lista completa dos municípios pode ser conferida aqui.

O valor mínimo corresponde a R$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R$ 680,90. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,89 milhões de famílias, com gasto de R$ 14,19 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família. O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

ABR

BC não intervém no câmbio quando mercado precifica risco de investir no Brasil, diz Campos Neto

O Banco Central não faz intervenções no mercado de câmbio quando os agentes econômicos precificam o risco de investir no Brasil, afirmou Roberto Campos Neto, presidente da autoridade monetária, na quarta-feira (17).

A declaração foi dada em uma reunião com investidores, organizada pela XP, em Washington, nos Estados Unidos, um dia depois de o dólar ter encerrado a sessão de terça (16) cotado a R$ 5,268, operando em seu maior valor desde março de 2023.

Após cinco sessões consecutivas de fortes altas, a moeda americana operava em queda na manhã desta quarta, devolvendo parte dos ganhos.

Segundo Campos Neto, essa função é usada em casos de disfunção no mercado de câmbio, lacuna de liquidez ou episódios marcados por má interpretação dos investidores.

"Não reagimos ao fato de as pessoas estarem precificando nosso prêmio de risco. Reagir a isso é muito perigoso porque há muitas maneiras diferentes de fazer hedge [instrumento de proteção] do prêmio de risco no Brasil", disse.

O presidente do Banco Central atribuiu a maior parte do estresse do mercado financeiro à piora do cenário externo e outra parcela à questão fiscal doméstica.

No cenário global, o principal fator de atenção está relacionado à perspectiva de que o Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) reduza os juros apenas no segundo semestre devido à resiliência da economia americana. Houve ainda o acirramento dos conflitos no Oriente Médio, com o ataque do Irã a Israel e um eventual impacto sobre o preço do petróleo.

Nathalia Garcia/Folhapress

Brasil e França defendem taxação de super-ricos em evento no FMI

O Brasil aproveitou a semana de reuniões de primavera do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional) para promover um evento sobre a proposta de taxação de super-ricos, uma das prioridades brasileiras na presidência do G20. Intitulado "novos desafios na tributação internacional", o painel foi organizado em conjunto com a França, representada pelo ministro das Finanças, Bruno Le Maire. A diretora do FMI, Kristalina Georgieva, e o ministro das Finanças do Quênia, Njuguna Ndungu, também participaram.

A economista Esther Duflo, que defende a proposta, assistiu da plateia lotada.

Falando em português, Haddad voltou a defender a proposta apresentada pelo país na reunião do G20 em São Paulo como um ponto de partida para as discussões. O ministro disse que a alíquota de 2% de imposto sobre as fortunas dos mais ricos do planeta é inferior ao ritmo de crescimento da renda desses indivíduos, que seria de "5% a 10%", disse.

O potencial de arrecadação a partir da adoção da medida pode ser utilizado em desafios globais, como combate à fome e em resposta à crise do clima, repetiu.

"Nossas sociedades, cada vez mais suscetíveis a discursos populistas, têm demandas muito legítimas sobre ações climáticas e mais justiça tributária", disse. "Estamos diante de uma iminente crise global de caráter social e ambiental."

O ministro defendeu a necessidade de cooperação internacional na implementação da proposta, para evitar uma guerra fiscal entre os países. Além do G20, ele disse que o Brasil quer dar um "estímulo decisivo" para as negociações em curso com a OCDE e ajudar a promover um consenso em torno de uma nova convenção-quadro da ONU sobre o tema.

O ministro defendeu que o instrumento pode ir além, funcionando como uma espécie de "COP da tributação", em referência às reuniões periódicas sobre o clima, para se adaptar a um sistema em evolução constante para financiar o objetivo de financiamento sustentável.

Fernanada Perrin/Folhapress

Política

Moraes tem encontro com Lira e vai de surpresa ao Senado em meio a crise e ameaça de CPI

Em meio ao embate entre os Poderes, o ministro do STF Alexandre de Moraes apareceu no Senado na quarta-feira (17), de surpresa, e afirmou que "nós já éramos felizes e não sabíamos" antes das redes sociais.

O ministro também teve uma reunião nesta quarta com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O encontro com Lira ocorre em meio ao movimento de deputados para instalar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) a fim de apurar supostos abusos cometidos pelo ministro em investigações do Supremo.

No Senado, Moraes participou da entrega do anteprojeto que revisa o Código Civil ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O ministro havia sido convidado a participar da sessão por ser presidente do TSE, mas avisou a Pacheco por telefone que iria ao Congresso apenas minutos antes do início.

Moraes tirou fotos com o grupo de juristas presidido pelo ministro do STJ Luis Felipe Salomão durante a entrega do texto a Pacheco no gabinete da presidência. Depois, acompanhou o grupo ao plenário do Senado.

"Vossa excelência lembrou que na virada do século não existiam redes sociais; nós já éramos felizes e não sabíamos. A necessidade dessa regulamentação, do tratamento, da responsabilidade, do tratamento de novas formas obrigacionais. Então a comissão fez exatamente isso", disse Moraes durante a sessão.

Pacheco e Moraes não conversaram a sós, mas se sentaram lado a lado no plenário e cochicharam várias vezes enquanto outras pessoas falavam. O ministro do STF também trocou impressões com Salomão, que estava do outro lado.

Pacheco disse à reportagem que "não tem absolutamente nenhuma crise" entre ele, "como presidente do Senado, com o Poder Judiciário".

"Não tem absolutamente nenhuma crise. Eu, como presidente do Senado, com o Poder Judiciário. Conversei com o ministro Alexandre de Moraes, a gente mantém a conversa, como mantenho com os outros ministros. Convidei o ministro Fachin para estar conosco aqui também, ele justificou que não pôde. A relação é muito cordial", disse.

Thais Oliveira/Folhapress

Haddad diz que espaço fiscal "diminuiu", em discurso ao FMI

No dia em que o FMI traçou uma perspectiva negativa sobre a economia brasileira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, participou de um evento sobre tributação internacional na sede da instituição em Washington, nos EUA.

Ele afirmou na abertura de seu discurso no FMI, obtido pela CNN, que "o espaço fiscal diminuiu".

"Devido à situação desafiadora que a economia mundial tem vivido desde a pandemia, todos nós temos que tomar decisões muito difíceis. Num contexto de prevalência de taxas de juros elevadas e de agravamento da situação da dívida em muitos países, o espaço fiscal diminuiu", disse.

Haddad afirmou ainda que o mundo está diante de uma iminente crise social e ambiental.

"Ao mesmo tempo, as nossas sociedades, cada vez mais suscetíveis a discursos populistas, têm demandas muito legítimas por serviços públicos de boa qualidade, ações climáticas decisivas e mais justiça distributiva. Embora a economia mundial pareça estar em vias de estabilização, estamos diante de uma iminente crise global de caráter social e ambiental", declarou.

O ministro defendeu também uma cooperação internacional para revisão do sistema tributário.

"É neste ponto que entra a cooperação tributária internacional. Após um processo bem-sucedido de reforma tributária no Brasil, posso dizer que cada país pode fazer muito por si próprio. Podemos fazer esforços decisivos para melhorar a mobilização interna de recursos por meio de sistemas tributários nacionais mais justos, transparentes, eficientes e progressivos, seguindo as melhores práticas internacionais", disse Haddad.

E ele continuou: "É exatamente isso que estamos fazendo no Brasil. No entanto, sem cooperação internacional, há um limite para a atuação dos Estados, tanto os ricos quanto os em desenvolvimento. Sem uma cooperação internacional mais forte, os que estão no topo da distribuição de renda e riqueza continuarão a evadir nossos sistemas tributários", disse.

CNN

Comissão do Senado aprova PEC que turbina salário de juízes e promotores

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou na quarta-feira (17) a proposta que turbina os salários de juízes, membros do Ministério Público, delegados da Polícia Federal, defensores e advogados públicos, a chamada PEC do Quinquênio.

A proposta foi aprovada por 18 votos a 7 e depende, agora, de avaliação pelo plenário do Senado. Segundo o relator e o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o Senado deve promover uma sessão de debates antes da votação.

A proposta altera a Constituição para garantir aumento de 5% do salário para as carreiras contempladas a cada cinco anos, até o limite de 35%. A atuação jurídica anterior dos servidores públicos na advocacia, por exemplo poderá ser usada na contagem de tempo.

A PEC original tratava apenas de juízes e membros do Ministério Público, mas o relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), incluiu defensores públicos; membros da advocacia da União, dos estados e do Distrito Federal; e delegados da Polícia Federal.

Segundo o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), o Ministério da Fazenda estima impacto de R$ 42 bilhões por ano nas contas públicas, a depender do número de carreiras incluídas.

Apresentada em 2013, a PEC do Quinquênio voltou a ser alvo de articulação em 2022 durante a presidência de Luiz Fux no STF e recebeu apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é advogado.

Pacheco tentou aprovar o penduricalho no fim do governo Jair Bolsonaro (PL), mas adiou a votação a pedido da equipe de Lula (PT), então recém-eleito. A PEC acabou arquivada ao final da legislatura, mas foi reapresentada pelo senador em março do ano passado.

A volta da PEC à agenda do Senado desagradou ao governo. Mesmo que a aprovação seja acompanhada do avanço do projeto que combate os supersalários, o gasto adicional com o penduricalho mais que anulará qualquer economia obtida.

Thais Oliveira/Folhapress

Publicidade Legal

SP Ventures investiu US$37 milhões em 17 startups do agro em 2023

Em relatório, empresa afirma que o trabalho dessas empresas teve impacto para 626 mil produtores no Brasil, Argentina, Canadá e México.

A gestora de venture capital SP Ventures divulgou ter levantado US$ 58 milhões e investido US$ 37 milhões em 17 empresas que impactaram 626 mil produtores rurais em 2023, no Brasil, Argentina, Canadá e México.

Em seu segundo relatório de impacto ESG, a gestora afirma que seus investimentos em agtech, foodtech, agfintech, climatech, biotech e edtech resultaram em uma receita superior a US$ 70,3 milhões em 2023, afetando positivamente mais de 73,5 milhões de hectares. Em 2022, a receita das empresas cuja SP Ventures tinha participação ficou em US$ 58 milhões, com impacto em 21 milhões de hectares.

O valor total arrecadado pelas empresas do portfólio alcançou US$ 241 milhões. Além disso, o relatório destacou que 40% das empresas investidas têm mulheres como cofundadoras. Fusões&Aquisições

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 30.948.437/0001-12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. São Paulo, 17 de abril de 2024. ***A Administração***

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores Expressos em Reais – R$)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**25.320**	**18.983**	**Circulante**	**1.286**	**75**
Caixa e equivalentes de caixa	25.209	18.928	Fornecedores	1.196	-
Tributos a recuperar	111	55	Obrigações tributárias	90	75
Não circulante	**84.611.568**	**75.003.289**	**Não circulante**	**-**	**-**
Investimentos	84.611.568	75.003.289	**Patrimônio líquido**	**84.635.602**	**75.022.198**
			Capital social	3.891.492	3.891.492
			Reservas de lucros	80.744.110	71.130.706
Total do ativo	**84.636.888**	**75.022.273**	**Total do passivo**	**84.636.888**	**75.022.273**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/12/2023	31/12/2022
(-) Despesas (receitas) operacionais	**29.940.404**	**12.016.457**
Despesas administrativas e gerais	(45.412)	(39.745)
Despesas tributárias e fiscais	(3.941)	(2.270)
Resultado financeiro líquido	(1.346)	(1.207)
Resultado da equivalência patrimonial	29.991.103	12.059.679
Lucro do exercício	**29.940.404**	**12.016.457**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reservas de lucros	Patrimônio líquido
Patrimônio líquido em 2021	**3.891.492**	**70.721.249**	**74.612.741**
Lucro do exercício	-	12.016.457	12.016.457
(-) Lucros distribuidos	-	(11.607.000)	(11.607.000)
Patrimônio líquido em 2022	**3.891.492**	**71.130.706**	**75.022.198**
Lucro do exercício	-	29.940.404	29.940.404
(-) Lucros distribuidos	-	(20.327.000)	(20.327.000)
Patrimônio líquido em 2023	**3.891.492**	**80.744.110**	**84.635.602**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022	Atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	29.940.404	12.016.457	**Atividades de financiamentos**		
Ajustes:			Distribuição de lucro	(20.327.000)	(11.607.000)
Resultado de equivalência patrimonial	(29.991.103)	(12.059.679)	Recebimentos de dividendos	20.382.824	5.833.325
Recursos gerados pelas atividades	**(50.699)**	**(43.222)**	**Caixa líquido - atividades financiamentos**	**55.824**	**(5.773.675)**
Variações de ativos e passivos			**Atividades de investimentos**		
Outros créditos	-	5.833.353	**Caixa líquido gerado pelas atividades**	**6.281**	**16.407**
Tributos a recuperar	(56)	(55)	**Disponibilidades**		
Fornecedores	1.196	-	No início do exercício	18.928	2.521
Obrigações tributárias	16	6	No fim do exercício	25.209	18.928
Caixa líquido - atividades operacionais	**1.156**	**5.833.304**	**Variação das disponib. de caixa no período**	**6.281**	**16.407**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: A sociedade tem como atividade preponderante, administração de imóveis próprios, participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia ou quotista (holding). **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6404/76 alteradas pelas Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Alexandre do Rosário Nobre – Presidende
Carolina Gabriel da Luz – Contador CRC 1SP 266.044/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da **Wattana Empreendimentos e Participações S.A.,** São Paulo-SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Wattana Empreendimentos e Participações S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Wattana Empreendimentos e Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na nota 3 – e, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controladas pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que, para fins de IFRS, esses investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião separada sobre esses assuntos. Em nossa auditoria não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para o exercício de 2.023. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, ou emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objetos de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que em lei ou regulamento, tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas a tal comunicação, poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de abril de 2024

Senso Auditores Independentes CRC nº 2SP 005977/O-9 CVM nº 7307
Guilherme Rocha Castro Soares CRC nº 1SP 290.834/O-4

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

CloudWalk lança app e anuncia expansão para os EUA

A CloudWalk, dona da plataforma de serviços financeiros InfinitePay no Brasil, anunciou sua chegada oficial aos Estados Unidos, dando início à sua expansão global. O comunicado foi feito durante a participação de Luis Silva, CEO e fundador da empresa, no Web Summit Rio, um dos principais eventos globais de inovação. Chamado Jim.com, o aplicativo será lançado nas próximas semanas e terá como foco inicial as regiões de Nova York, Austin e São Francisco.

O Jim.com é voltado para empreendedores individuais ou negócios com no máximo dois ou três funcionários. O aplicativo vai unir três grandes tendências do mercado de pagamentos. A primeira é a Inteligência Artificial, por meio de um assistente que ajuda a tomar decisões financeiras diárias. A segunda é o Tap to Pay, tecnologia que transforma smartphones em maquininhas e que tem crescido exponencialmente em diversos mercados. Por fim, o pagamento instantâneo, que no Brasil tem como protagonista o Pix, e permite que o pagamento caia instantaneamente na conta do vendedor. Interessados já podem fazer o cadastro no site para entrar na lista de primeiros clientes.

A tecnologia de pagamentos instantâneos representa uma mudança significativa no gerenciamento de fluxo de caixa para empreendedores. Com mais liquidez e maior controle sobre o dinheiro, empreendedores podem ter acesso a mais recursos para comprar insumos e negociar com fornecedores. "No passado, empreendedores no Brasil recebiam o pagamento no cartão, mas o dinheiro poderia demorar dias ou até meses para cair na conta no parcelado. Este cenário mudou com a popularização do Pix no Brasil e vimos movimentos similares em grandes economias como a China e a Índia", afirma Luis. Já nos EUA, segundo o CEO da CloudWalk, essa realidade é diferente. O movimento de pagamentos instantâneos é relativamente recente, impulsionado por mudanças no cenário macroeconômico americano, como o aumento de juros e da inflação, que têm incentivado a adoção de tecnologias financeiras. Startupi

Publicidade Legal

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Mult Projetos de Geração Fotovoltaica S/A.

CNPJ/ME nº 48.834.851/0001-66 - NIRE 3530060561-6

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2024

1. Data, hora e local: Realizada no dia 26/03/2024, às 10 hs, na sede social da Companhia. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação. **3. Composição da Mesa**: **Mario Nilton Destefano Ambrozio** - Presidente; **Almir Fioravante Camargo** - Secretário. **4. Ordem do Dia**: (i) a redução do número mínimo de integrantes da Diretoria do atuais 2 para 1 Diretor; (ii) alterar a forma de representação da Companhia; (iii) incluir no Estatuto da Sociedade novos incisos que necessitam de autorização privativamente em Assembleia Geral; (iv) aceitar o pedido de renúncia do Sr. Rubens Takano Parreira do cargo de Diretor Presidente; (v) aceitar o pedido de renúncia do Sr. Ricardo Marques Lisboa do cargo de Diretor; (vi) a eleição do novo Diretor Presidente; e (viii) consolidar o Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações**: **5.1.** Reduzir o número mínimo de membros da Diretoria dos atuais 2 para 1 Diretor, sendo 1 o Diretor Presidente. Dessa forma, o caput do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 7º - A Diretoria será constituída por, no mínimo, 1 e, no máximo, 8 membros, todos residentes e domiciliados no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de até 2 anos, podendo ser reeleitos."* **5.2.** Alterar a forma de representação da Companhia, podendo, para tanto, ser representada somente por 1 Diretor e 1 procurador. Dessa forma, o artigo 10º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 10 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada, observado o disposto nos parágrafos abaixo: (i) por 1 Diretor; (ii) por um Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) por 1 procurador, devidamente constituídos e com poderes específicos. §1° - Para a outorga de procurações, por instrumento público ou privado, a Companhia deverá ser representada sempre pelo Diretor Presidente. §2° - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes conferidos e deverão ter o prazo máximo de 1 ano, sendo vedado o substabelecimento, ressalvadas, nestas duas hipóteses, as procurações outorgadas a advogados para a representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto."* **5.3.** Incluir novos incisos que compete privativamente à assembleia geral: (i) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$ 1.000.000,00; e (ii) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$ 1.000.000,00. Dessa forma, o artigo 16º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 16 – Compete privativamente à Assembleia Geral: (a) reformar este Estatuto Social; (b) eleger ou destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (se instalado); (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações da Companhia, ficando expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou por este Estatuto Social; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir os eventuais liquidantes e julgar-lhes as contas; (h) autorizar os administradores a confessar falência, pedir concordata e entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; (i) fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho Fiscal (se instalado); (j) deliberar sobre propositura, pela Companhia, de qualquer ação de responsabilidade civil contra os administradores, por eventuais prejuízos causados ao seu patrimônio; (l) deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (m) deliberar sobre a participação em grupo de sociedades; (n) deliberar sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia; (o) deliberar sobre o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia; (p) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$1.000.000,00; e (q) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$1.000.000,00."* **5.4.** Aceitar o pedido de renúncia dos atuais Diretores Sr. **Rubens Takano Parreira**, CPF/ME nº 212.745.158-90, para o cargo de Diretor Presidente; e (ii) o Sr. **Ricardo Marques Lisboa**, CPF/ME nº 153.129.398-03, que recebem a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação aos serviços prestados até a presente data, para que deles nada mais se reclame, a qualquer tempo, título ou pretexto em razão do exercício do cargo. **5.5.** Aprovar a eleição, do Diretor Presidente, **Almir Fioravante Camargo**, CPF/ME nº 135.097.398-09, com mandato pelo prazo de 2 anos, a contar da presente data. **5.6.** Não obstante a assinatura do termo de posse anexo à presente ata como Anexo I o diretor aceita os cargo para o qual foi eleito e declara expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **5.7.** Por fim, tendo em vista as deliberações acima, aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a nova redação constante do Anexo II à presente ata. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar. **Estatuto Social da Mult Projetos de Geração Fotovoltaica S/A. - Capítulo I -Denominação, Sede, Objeto e Duração -** Artigo 1º - A **Mult Projetos de Geração Fotovoltaica S/A.** é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo disposto neste Estatuto Social, pelas disposições da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais disposições legais aplicáveis ("Companhia"). Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, Sala 72-10, 7º Andar, Edifício International Plaza II, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação dos acionistas. Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto: (i) prestação de serviços de consultoria e assessoria de geração distribuída de energia elétrica. (ii) assessoria em gestão estratégica e energética; (iii) gestão comercial de produtos, serviços e custos relacionados à geração, transmissão, comercialização, geração distribuída e consumo de energia; e (iv) a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, independentemente do tipo societário da sociedade investida. Artigo 4º - O prazo de duração da companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social -** Artigo 5º - O capital social da Companhia, é de R$ 10.000,00, dividido em 10.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia foi integralizado parcialmente em R$1.000,00, em moeda corrente nacional, na presente data, devendo o saldo remanescente ser integralizado em até 30 dias a contar desta data, em moeda corrente nacional. §1° - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável. §2º - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia. §3º - É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Capítulo III - Administração -** Artigo 6º - A administração da Companhia competirá à Diretoria, que terá atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social. **Seção I - Diretoria -** Artigo 7º - A Diretoria será constituída por, no mínimo, 1 e, no máximo, 8 membros, todos residentes e domiciliados no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de até 2 anos, podendo ser reeleitos. §1° - Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. §2° - Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução. §3° - Os Diretores terão suas denominações e atribuições estabelecidas pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto no caput e nos §§ deste Artigo. §4° - Os membros da Diretoria terão as denominações estabelecidas no momento da eleição, podendo ter as seguintes denominações específicas: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor; e (iii) outras denominações aprovadas pela Assembleia Geral. §5° - O Diretor Presidente, além de outras atribuições específicas que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável pela representação da Diretoria perante a Assembleia Geral, pela supervisão dos trabalhos dos demais Diretores e pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Geral e das normas estatutárias e legais. §6° - A remuneração da Diretoria deverá ser distribuída dentre os seus membros de acordo com o que for determinado pela Assembleia Geral. Artigo 8º - Ocorrendo a ausência ou impedimento, por qualquer motivo, de qualquer Diretor, o respectivo substituto será escolhido pela Assembleia Geral a se realizar no prazo de 15 dias, contados da ocorrência da vaga. Artigo 9º - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes à condução das atividades da Companhia, ressalvados aqueles para os quais seja, por Lei ou pelo presente Estatuto Social, atribuída a competência à Assembleia Geral. Os poderes da Diretoria incluem aqueles suficientes para: (a) zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (e) representar ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, entidades, ofícios ou repartições públicas federais, estaduais ou municipais, empresas públicas, autarquias, agências reguladoras, podendo, para tanto, constituir advogados para a sua representação em processos judiciais, administrativos e arbitrais, excluída a representação perante sociedades em que a Companhia detenha participação societária; (f) conduzir os negócios diários da Companhia, podendo, exemplificativamente, abrir, fechar e movimentar contas bancárias, fazer aplicações financeiras, receber, emitir, endossar, visar, descontar ou avalizar cheques, letras de câmbio, faturas, duplicatas ou outros títulos de crédito ou instrumentos comerciais, reclamar, receber, negociar e estabelecer a forma de pagamento de todos os débitos com a Companhia, dar e receber quitação, bem como contratar e demitir empregados; (g) celebrar ajustes e contratos que resultem na assunção de obrigações para a Companhia; (h) prestar fiança e constituir garantias de qualquer natureza junto a entidades públicas ou privadas; e (i) celebrar, negociar, prorrogar, renovar, denunciar e rescindir toda classe de contratos financeiros, cessão de créditos, pagamento a fornecedores por banco, avais e cartas de crédito a favor da Companhia, (ii) cessão e/ou endosso de letras de câmbio, pagamentos, recibos, faturas, declarações, cheques e demais ordens de pagamento, assinando as respectivas cessões, endossos e recibos correspondentes, em nome da Companhia e a seu favor, especialmente com relação a contratos de cessão ou compra e venda de créditos que a Companhia celebre sem limite de quantidades, quando a cessão seja única e exclusivamente a entidades financeiras, e (iii) celebração de contratos financeiros, assim entendidos os contratos de câmbio, de seguro, derivados, commodities, cobertura de juros, opção, futuros e similares. Artigo 10 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada, observado o disposto nos parágrafos abaixo: (i) por 1 Diretor; (ii) por um Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) por 1 procurador, devidamente constituídos e com poderes específicos. §1° - Para a outorga de procurações, por instrumento público ou privado, a Companhia deverá ser representada sempre pelo Diretor Presidente. §2° - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes conferidos e deverão ter o prazo máximo de 1 ano, sendo vedado o substabelecimento, ressalvadas, nestas duas hipóteses, as procurações outorgadas a advogados para a representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto. Artigo 11- A Diretoria reunir-se-á sempre que exigirem os negócios sociais. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pelos demais membros da Diretoria. §1º - As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. Para que tais reuniões possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois Diretores, se só houver dois Diretores em exercício. §2º - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos. Artigo 12- Nas ausências ou nos impedimentos temporários de qualquer Diretor, este, sujeito à aprovação do Diretor Presidente, poderá indicar outro Diretor para substituí-lo durante a sua ausência ou o seu impedimento. O substituto do Diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, os direitos e os deveres do Diretor substituído. Artigo 13 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer acionista, Diretor, Procurador ou empregado que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhos ao objeto social. **Capítulo IV - Assembleias Gerais -** Artigo 14 - As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. Artigo 15 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente ou pelos Acionistas, na forma da Lei das Sociedades por Ações. §1º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias, no caso de primeira convocação, e de 5 dias, no caso de segunda convocação. §2º - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. §3º - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, ou pelo substituto por ele designado, o qual escolherá um Secretário. §4º - As Assembleias Gerais instalar-se-ão em conformidade com a legislação societária vigente e as suas deliberações, com exceção daquelas que requerem quórum especial previsto em Lei, dependerão do voto afirmativo dos acionistas representando a maioria do capital social votante, não se computando os votos em branco. Artigo 16 – Compete privativamente à Assembleia Geral: (a) reformar este Estatuto Social; (b) eleger ou destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (se instalado); (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações da Companhia, ficando expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou por este Estatuto Social; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir os eventuais liquidantes e julgar-lhes as contas; (h) autorizar os administradores a confessar falência, pedir concordata e entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; (i) fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho Fiscal (se instalado); (j) deliberar sobre propositura, pela Companhia, de qualquer ação de responsabilidade civil contra os administradores, por eventuais prejuízos causados ao seu patrimônio; (l) deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (m) deliberar sobre a participação em grupo de sociedades; (n) deliberar sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia; (o) deliberar sobre o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia; (p) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$1.000.000,00; e (q) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$1.000.000,00. **Capítulo V - Conselho Fiscal -** Artigo 17 - O Conselho Fiscal da Companhia, a ser composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, não será permanente e poderá ser instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VI - Exercício Social, Balanço e Lucros -** Artigo 18 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 19 - Ao fim de cada exercício social, o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados e auditados por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. §1º - A Assembleia Geral poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais, bimestrais, mensais ou em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados em tais demonstrações financeiras, nos termos do Artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações. §2º - A qualquer tempo, a Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias. Artigo 20 - Os lucros líquidos apurados em cada exercício, após as deduções legais, terão a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado. §1º - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a seguinte destinação: (a) a parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) no mínimo, 1% e, no máximo, 25% para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e (c) o saldo terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral. §2º - A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, conforme o disposto no Artigo 202, § 3º, Inciso II, da Lei Federal nº. 6.404, de 15/12/1976. **Capítulo VII - Liquidação -** Artigo 21 - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII – Mediação e Arbitragem -** Artigo 22 – Qualquer conflito originário do presente Estatuto Social, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, será submetido obrigatoriamente à Mediação, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM/CCBC"), de acordo com o seu Roteiro e Regimento de Mediação, a ser coordenada por Mediador participante da Lista de Mediadores do CAM/CCBC, indicado na forma das citadas normas. §1º - O conflito não resolvido pela mediação, conforme o *caput* acima, será definitivamente resolvido por arbitragem de direito (sendo vedada a arbitragem por equidade), administrada pelo mesmo CAM/CCBC, de acordo com o seu Regulamento. §2º - A arbitragem será administrada pelo CAM/CCBC e obedecerá às normas estabelecidas no seu Regulamento, cujas disposições integram o presente Estatuto Social. §3º - O tribunal arbitral será constituído por 3 árbitros, indicados na forma prevista no Regulamento do CAM/CCBC. §4º - A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo/SP, Brasil. §5º - O procedimento arbitral será conduzido em português. §6º - Aplica-se a este Estatuto Social e à mediação ou arbitragem a legislação brasileira. **Capítulo IX – Disposições Finais -** Artigo 23 – A Companhia disponibilizará, sempre que solicitado por acionista(s), os contratos celebrados com partes a ela relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. Os acionistas terão acesso irrestrito aos livros, documentos e informações da Companhia. Artigo 24 – No caso de abertura de seu capital, a Companhia aderirá a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 578, de 30/08/2016. Jucesp nº 138.925/24-0 em 03/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 - (Companhia Aberta)

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de Março de 2024.

1. Data, Local e Hora: Aos 20 dias do mês de março de 2024, às 10h30min, na sede social da **Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**, localizada na cidade de Lins, Estado de São Paulo, Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451 – Centro, CEP 16.400-040, Caixa Postal 844 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu o Sra. Larissa Mardegan Ribeiro de Souza para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Encaminhar para aprovação em sede de Assembleia Geral Ordinária (AGO) (i) o exame das contas dos administradores, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras Anuais, acompanhada do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, autorizando-se a publicação das Demonstrações Financeiras, nos termos da Lei; (ii) a proposta da Administração do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **5. Deliberações:** Instalada a Reunião, após a análise e discussão da matéria objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar o relatório da Administração e as Contas da Diretoria, nos termos do art. 23, inciso X, do Estatuto Social, bem como encaminhar à Assembleia Geral Ordinária da Companhia o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme documentos a serem publicados em 22 de março de 2024, recomendando que tais documentos sejam aprovados. **5.2.** Aprovar a proposta de destinação do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 1.564.333,42 (Um milhão quinhentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos) nos termos do art. 23, inciso IX, do Estatuto Social, *ad referendum* da Assembleia Geral, bem como encaminhar referida proposta à Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, uma vez lida, aprovada e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. A presente ata confere com a original, que será lavrada em livro próprio. Lins, 20 de março de 2024. **Larissa Mardegan Ribeiro de Souza -** Secretária. Jucesp nº 151.810/24-2 em 12.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 – NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação – Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª série da 1ª Emissão da **BSI Capital Securitizadora S.A.** Nos termos da clausula 10, do respectivo Termo de Securitização, a reunirem-se em **1º Convocação,** para Assembleia Geral de Titulares do CRI, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, pela plataforma Teams, administrada pela Emissora, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Investidores que enviarem solicitação para amanda.melo@bsicapital.com.br e/ou fiduciario@commcor.com.br, conforme Instrução Normativa CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("IN CVM 625"), a realizar-se em 07 de maio de 2024, às 10:00 horas da manhã, para deliberar sobre a ***aprovação ou não*** das seguintes ordens do dia: ***(i)*** *A utilização decretação ou não de vencimento antecipado devido a insuficiência de recursos no fundo de liquidez;* ***(ii)*** *A utilização dos recursos disponíveis no fundo de obras para pagamento da PMT do CRI I e II referente ao mês de abril/2024;* ***(iii)*** *A utilização dos recursos disponíveis no fundo de obras para pagamento da PMT referente ao mês de maio/2024 caso necessário;* ***(iv)*** *Aprovação das demonstrações financeiras referente ao exercício de 2023; (v) Autorização para substituição do service (Maximus);* ***(vi)*** *Autorização para substituição do agente de medição (empírica engenharia);* ***(vii)*** *Autorização para contratação de uma empresa especializada em validação de cronograma e orçamento de obras;* ***(viii)*** *Reestruturação ou não da operação conforme os termos a serem discutidos no âmbito da AGT;* ***(ix)*** *concessão de carência de 12 (doze) meses para pagamento de amortização dos CRI, a contar da parcela de maio/2024, sem pagamento de prêmio ou multas pelas cedentes CAPP4 e C&M;* ***(x)*** *autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Securitizadora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as matérias aprovadas.* A Securitizadora deixa registrado que o quórum de instalação e o de deliberação em primeira convocação é de titulares dos CRI que representem pelo menos 50% dos CRI em Circulação, em segunda convocação, com qualquer número conforme redação da clausula 10.4 e 10.11 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar por procuração, acompanhada de cópia de documento de identidade, regulamentos de fundos ou contrato social que deverão ser previamente encaminhados por e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário. Em relação à data de realização da assembleia, os titulares devem apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência. São Paulo, 16 de abril de 2024. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (17, 18 e 19/04/2024)

Neon Pagamentos S.A.
Instituição de Pagamento

CNPJ/ME nº 20.855.875/0001-82 - NIRE 35.300.476.581

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de novembro de 2023

Data/hora/local: 07/11/2023, 9hs, na sede social. **Convocação e presença**: Dispensada. Única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social. **Mesa:** Presidente: **Sr. Jamil Saud Marques**; Secretária: **Sra. Cristiane Alessandra Cabral de Moura Coutinho. Deliberações aprovadas: 6.1.** Aumentar o capital social da Companhia de R$ 3.410.047.763,68 para R$ 3.438.866.926,64, mediante a emissão de 855.170 novas ações ordinárias e nominativas, ao preço unitário de aproximadamente R$ 33,70, totalizando um aumento de R$ 28.819.162,96. **6.2.** Referidas novas ações ordinárias e nominativas são totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista, em moeda corrente nacional, conforme Boletim de Subscrição. **6.3.** Foi aprovada a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social: "Artigo 5º - O capital social é de R$ 3.438.866.926,64, dividido em 21.929.850 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." **6.4.** Aprovada a consolidação o Estatuto Social. Nada mais. SP, 07/11/2023. JUCESP nº 143.151/24-1 em 10/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4774
Dólar (EUA) - 5,2469
Franco (Suíça) - 5,7538
Iene (Japão) - 0,03394
Libra (Inglaterra) - 6,5298
Peso (Argentina) - 0,006038
Peso (Chile) - 0,005384
Peso (México) - 0,3085
Peso (Uruguai) - 0,1349
Yuan (China) - 0,7248
Rublo (Rússia) - 0,05566
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5853

Publicidade Legal

Electric Comp Geração de Energia S/A.

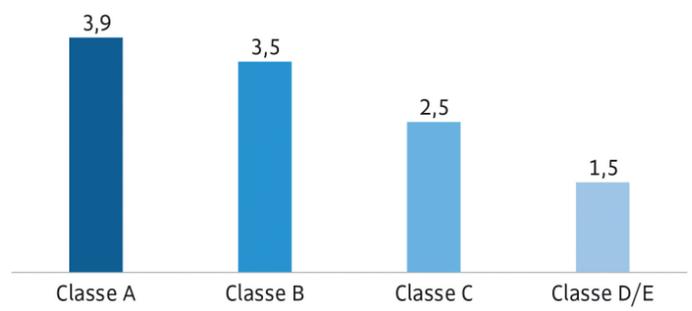
CNPJ/ME nº 48.767.383/0001-54 - NIRE 3530060506-3

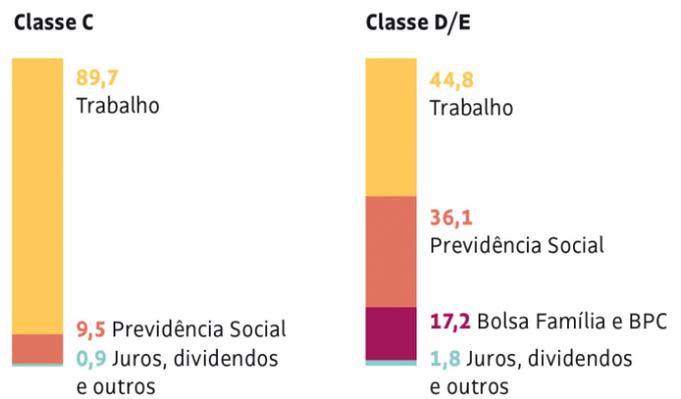
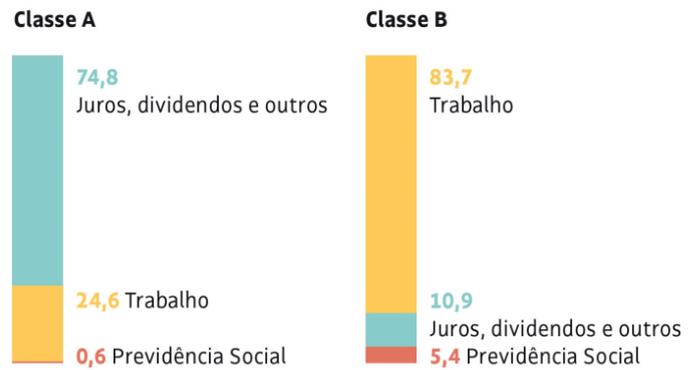
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2024

1. Data, hora e local: Realizada no dia 26/03/2024, às 10 hs, na sede social da Companhia. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação. **3. Composição da Mesa**: **Mario Nilton Destefano Ambrozio** - Presidente; **Almir Fioravante Camargo** - Secretário. **4. Ordem do Dia**: (i) a redução do número mínimo de integrantes da Diretoria do atuais 2 para 1 Diretor; (ii) alterar a forma de representação da Companhia; (iii) incluir no Estatuto da Sociedade novos incisos que necessitam de autorização privativamente em Assembleia Geral; (iv) aceitar o pedido de renúncia do Sr. Rubens Takano Parreira do cargo de Diretor Presidente; (v) aceitar o pedido de renúncia do Sr. Ricardo Marques Lisboa do cargo de Diretor; (vi) a eleição do novo Diretor Presidente; e (viii) consolidar o Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações**: **5.1.** Reduzir o número mínimo de membros da Diretoria dos atuais 2 para 1 Diretor, sendo 1 (um) o Diretor Presidente. Dessa forma, o caput do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 7º - A Diretoria será constituída por, no mínimo, 1 e, no máximo, 8 membros, todos residentes e domiciliados no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de até 2 anos, podendo ser reeleitos."* **5.2.** Alterar a forma de representação da Companhia, podendo, para tanto, ser representada somente por 1 Diretor e 1 procurador. Dessa forma, o artigo 10º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 10 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada, observado o disposto nos parágrafos abaixo: (i) por 1 Diretor; (ii) por um Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) por 1 procurador, devidamente constituídos e com poderes específicos. §1° - Para a outorga de procurações, por instrumento público ou privado, a Companhia deverá ser representada sempre pelo Diretor Presidente. §2° - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes conferidos e deverão ter o prazo máximo de 1 ano, sendo vedado o substabelecimento, ressalvadas, nestas duas hipóteses, as procurações outorgadas a advogados para a representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto."* **5.3.** Incluir novos incisos que compete privativamente à assembleia geral: (i) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$ 1.000.000,00; e (ii) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$ 1.000.000,00. Dessa forma, o artigo 16º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 16 – Compete privativamente à Assembleia Geral: (a) reformar este Estatuto Social; (b) eleger ou destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (se instalado); (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações da Companhia, ficando expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou por este Estatuto Social; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir os eventuais liquidantes e julgar-lhes as contas; (h) autorizar os administradores a confessar falência, pedir concordata e entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;* (i) *fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho Fiscal (se instalado); (j) deliberar sobre propositura, pela Companhia, de qualquer ação de responsabilidade civil contra os administradores, por eventuais prejuízos causados ao seu patrimônio; (l) deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (m) deliberar sobre a participação em grupo de sociedades; (n) deliberar sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia; (o) deliberar sobre o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia; (p) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$1.000.000,00; e (q) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$1.000.000,00."* **5.4**. Aceitar o pedido de renúncia dos atuais Diretores Sr. **Rubens Takano Parreira**, CPF/ME nº 212.745.158-90, para o cargo de Diretor Presidente; e (ii) o Sr. **Ricardo Marques Lisboa**, CPF/ME nº 153.129.398-03, que recebem a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação aos serviços prestados até a presente data, para que deles nada mais se reclame, a qualquer tempo, título ou pretexto em razão do exercício do cargo. **5.5**. Aprovar a eleição, do Diretor Presidente, **Almir Fioravante Camargo**, CPF/ME nº 135.097.398-09, com mandato pelo prazo de 2 anos, a contar da presente data. **5.6**. Não obstante a assinatura do termo de posse anexo à presente ata como Anexo I o diretor aceita os cargo para o qual foi eleito e declara expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **5.7**. Por fim, tendo em vista as deliberações acima, aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a nova redação constante do Anexo II à presente ata. **6**. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar. **Estatuto Social da Electric Comp Geração de Energia S/A.** - **Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração -** Artigo 1º - A **Electric Comp Geração de Energia S/A.** é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo disposto neste Estatuto Social, pelas disposições da Lei nº. 6.404, de 15/15/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais disposições legais aplicáveis ("Companhia"). Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, Sala 72-10, 7º Andar, Edifício International Plaza II, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação dos acionistas. Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto: (i) prestação de serviços de consultoria e assessoria de geração distribuída de energia elétrica. (ii) assessoria em gestão estratégica e energética; (iii) gestão comercial de produtos, serviços e custos relacionados à geração, transmissão, comercialização, geração distribuída e consumo de energia; e (iv) a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, independentemente do tipo societário da sociedade investida. Artigo 4º - O prazo de duração da companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social -** Artigo 5º - O capital social da Companhia, é de R$ 10.000,00, dividido em 10.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia foi integralizado parcialmente em R$1.000,00, em moeda corrente nacional, na presente data, devendo o saldo remanescente ser integralizado em até 30 dias a contar desta data, em moeda corrente nacional. §1° - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável. §2° - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia. §3° - É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Capítulo III - Administração -** Artigo 6º - A administração da Companhia competirá à Diretoria, que terá atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social. **Seção I - Diretoria -** Artigo 7º - A Diretoria será constituída por, no mínimo, 1 e, no máximo, 8 membros, todos residentes e domiciliados no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de até 2 anos, podendo ser reeleitos. §1° - Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. §2° - Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução. §3° - Os Diretores terão suas denominações e atribuições estabelecidas pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto no caput e nos §§ deste Artigo. §4° - Os membros da Diretoria terão as denominações estabelecidas no momento da eleição, podendo ter as seguintes denominações específicas: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor; e (iii) outras denominações aprovadas pela Assembleia Geral. §5° - O Diretor Presidente, além de outras atribuições específicas que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável pela representação da Diretoria perante a Assembleia Geral, pela supervisão dos trabalhos dos demais Diretores e pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Geral e das normas estatutárias e legais. §6° - A remuneração da Diretoria deverá ser distribuída dentre os seus membros de acordo com o que for determinado pela Assembleia Geral. Artigo 8º - Ocorrendo a ausência ou impedimento, por qualquer motivo, de qualquer Diretor, o respectivo substituto será escolhido pela Assembleia Geral a se realizar no prazo de 15 dias, contados da ocorrência da vaga. Artigo 9º - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes à condução das atividades da Companhia, ressalvados aqueles para os quais seja, por Lei ou pelo presente Estatuto Social, atribuída a competência à Assembleia Geral. Os poderes da Diretoria incluem aqueles suficientes para: (a) zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (e) representar ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, entidades, ofícios ou repartições públicas federais, estaduais ou municipais, empresas públicas, autarquias, agências reguladoras, podendo, para tanto, constituir advogados para a sua representação em processos judiciais, administrativos e arbitrais, excluída a representação perante sociedades em que a Companhia detenha participação societária; (f) conduzir os negócios diários da Companhia, podendo, exemplificativamente, abrir, fechar e movimentar contas bancárias, fazer aplicações financeiras, receber, emitir, endossar, visar, descontar ou avalizar cheques, letras de câmbio, faturas, duplicatas ou outros títulos de crédito ou instrumentos comerciais, reclamar, receber, negociar e estabelecer a forma de pagamento de todos os débitos com a Companhia, dar e receber quitação, bem como contratar e demitir empregados; (g) celebrar ajustes e contratos que resultem na assunção de obrigações para a Companhia; (h) prestar fiança e constituir garantias de qualquer natureza junto a entidades públicas ou privadas; e (i) celebrar, negociar, prorrogar, renovar, denunciar e rescindir toda classe de contratos financeiros, cessão de créditos, pagamento a fornecedores por banco, avais e cartas de crédito a favor da Companhia, (ii) cessão e/ou endosso de letras de câmbio, pagamentos, recibos, faturas, declarações, cheques e demais ordens de pagamento, assinando as respectivas cessões, endossos e recibos correspondentes, em nome da Companhia e a seu favor, especialmente com relação a contratos de cessão ou compra e venda de créditos que a Companhia celebre sem limite de quantidades, quando a cessão seja única e exclusivamente a entidades financeiras, e (iii) celebração de contratos financeiros, assim entendidos os contratos de câmbio, de seguro, derivados, commodities, cobertura de juros, opção, futuros e similares. Artigo 10 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada, observado o disposto nos parágrafos abaixo: (i) por 1 Diretor; (ii) por um Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) por 1 (um) procurador, devidamente constituídos e com poderes específicos. §1° - Para a outorga de procurações, por instrumento público ou privado, a Companhia deverá ser representada sempre pelo Diretor Presidente. §2° - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes conferidos e deverão ter o prazo máximo de 1 ano, sendo vedado o substabelecimento, ressalvadas, nestas duas hipóteses, as procurações outorgadas a advogados para a representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto. Artigo 11- A Diretoria reunir-se-á sempre que exigirem os negócios sociais. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pelos demais membros da Diretoria. §1º - As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 48 horas. Para que tais reuniões possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois Diretores, se só houver dois Diretores em exercício. §2º - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos. Artigo 12- Nas ausências ou nos impedimentos temporários de qualquer Diretor, este, sujeito à aprovação do Diretor Presidente, poderá indicar outro Diretor para substituí-lo durante a sua ausência ou o seu impedimento. O substituto do Diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, os direitos e os deveres do Diretor substituído. Artigo 13 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer acionista, Diretor, Procurador ou empregado que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhos ao objeto social. **Capítulo IV - Assembleias Gerais -** Artigo 14 - As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. Artigo 15 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente ou pelos Acionistas, na forma da Lei das Sociedades por Ações. §1º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 8 dias, no caso de primeira convocação, e de 5 dias, no caso de segunda convocação. §2º - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. §3º - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, ou pelo substituto por ele designado, o qual escolherá um Secretário. §4º - As Assembleias Gerais instalar-se-ão em conformidade com a legislação societária vigente e as suas deliberações, com exceção daquelas que requerem quórum especial previsto em Lei, dependerão do voto afirmativo dos acionistas representando a maioria do capital social votante, não se computando os votos em branco. Artigo 16 – Compete privativamente à Assembleia Geral: (a) reformar este Estatuto Social; (b) eleger ou destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (se instalado); (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações da Companhia, ficando expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou por este Estatuto Social; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir os eventuais liquidantes e julgar-lhes as contas; (h) autorizar os administradores a confessar falência, pedir concordata e entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; (i) fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho Fiscal (se instalado); (j) deliberar sobre propositura, pela Companhia, de qualquer ação de responsabilidade civil contra os administradores, por eventuais prejuízos causados ao seu patrimônio; (l) deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (m) deliberar sobre a participação em grupo de sociedades; (n) deliberar sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia; (o) deliberar sobre o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia; (p) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$1.000.000,00; e (q) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$1.000.000,00. **Capítulo V - Conselho Fiscal -** Artigo 17 - O Conselho Fiscal da Companhia, a ser composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, não será permanente e poderá ser instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VI - Exercício Social, Balanço e Lucros -** Artigo 18 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 19 - Ao fim de cada exercício social, o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados e auditados por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. §1º - A Assembleia Geral poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais, bimestrais, mensais ou em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados em tais demonstrações financeiras, nos termos do Artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações. §2º - A qualquer tempo, a Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias. Artigo 20 - Os lucros líquidos apurados em cada exercício, após as deduções legais, terão a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado. §1º - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a seguinte destinação: (a) a parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) no mínimo, 1% e, no máximo, 25% para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e (c) o saldo terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral. §2º - A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, conforme o disposto no Artigo 202, § 3º, Inciso II, da Lei Federal nº. 6.404, de 15/12/1976. **Capítulo VII - Liquidação** Artigo 21 - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII – Mediação e Arbitragem -** Artigo 22 – Qualquer conflito originário do presente Estatuto Social, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, será submetido obrigatoriamente à Mediação, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM/CCBC"), de acordo com o seu Roteiro e Regimento de Mediação, a ser coordenada por Mediador participante da Lista de Mediadores do CAM/CCBC, indicado na forma das citadas normas. §1º - O conflito não resolvido pela mediação, conforme o *caput* acima, será definitivamente resolvido por arbitragem de direito (sendo vedada a arbitragem por equidade), administrada pelo mesmo CAM/CCBC, de acordo com o seu Regulamento. §2º - A arbitragem será administrada pelo CAM/CCBC e obedecerá às normas estabelecidas no seu Regulamento, cujas disposições integram o presente Estatuto Social. §3º - O tribunal arbitral será constituído por 3 árbitros, indicados na forma prevista no Regulamento do CAM/CCBC. §4º - A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo/SP, Brasil. §5º - O procedimento arbitral será conduzido em português. §6º - Aplica-se a este Estatuto Social e à mediação ou arbitragem a legislação brasileira. **Capítulo IX – Disposições Finais -** Artigo 23 – A Companhia disponibilizará, sempre que solicitado por acionista(s), os contratos celebrados com partes a ela relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. Os acionistas terão acesso irrestrito aos livros, documentos e informações da Companhia. Artigo 24 – No caso de abertura de seu capital, a Companhia aderirá a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 578, de 30/08/2016. Jucesp nº 138.364/24-2 em 03/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

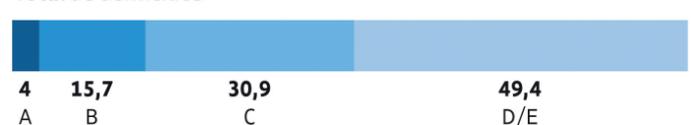
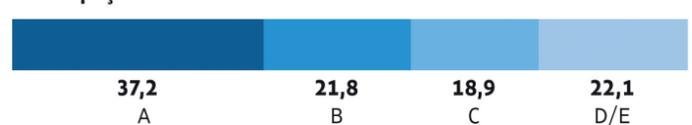
Classes de renda no Brasil

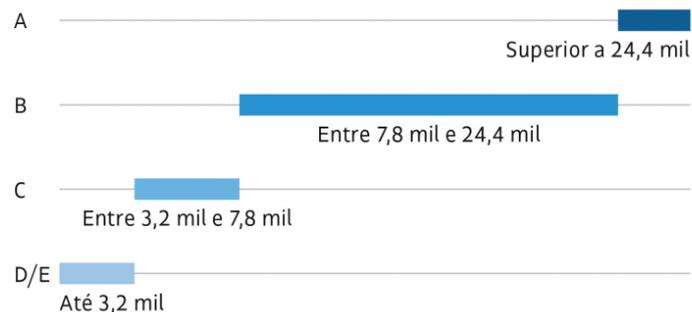
Ganho dos ricos deve ser maior

Variação média da massa real*, em % (2024-2028)

Classe A tem mais ganhos de capital

De onde vem a renda, em %

Com menos pessoas, classe A detém maior fatia na renda total

Em %

Total de domicílios

Participação na renda

Renda domiciliar mensal**

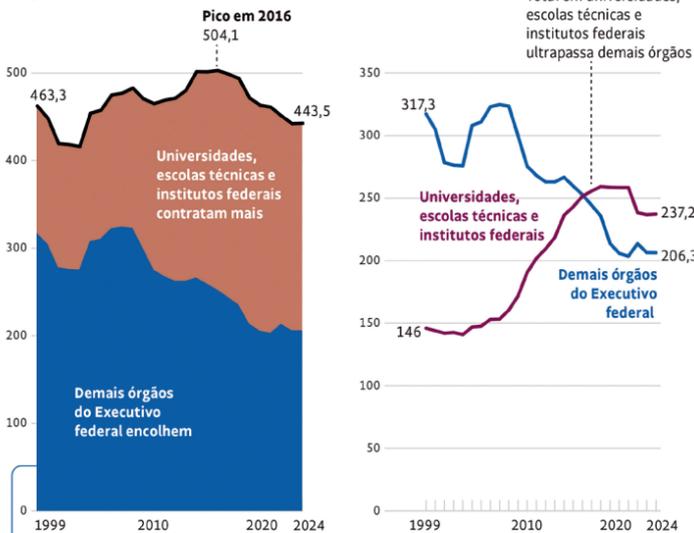
Em R$

* Soma do rendimento habitual de todos os trabalhos, das transferências do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada, da Previdência e outras fontes de renda
** Critério da Tendências, pois não há medida oficial

Fonte: Tendências com dados do IBGE

Publicidade Legal

Civis do Poder Executivo

Total de servidores ativos permanentes
Civis, em milhares

Pico em 2016
504,1
463,3
443,5
Universidades, escolas técnicas e institutos federais contratam mais
Demais órgãos do Executivo federal encolhem
1999 2010 2020 2024

2017
Total em universidades, escolas técnicas e institutos federais ultrapassa demais órgãos
317,3
146
Universidades, escolas técnicas e institutos federais
237,2
206,3
Demais órgãos do Executivo federal
1999 2010 2020 2024

Evolução em órgãos selecionados
Em milhares

Ministério da Saúde 67,4 / 17,5
INSS 40,1 / 18,5
IBGE 7,1 / 3,8
Ibama 5,2 / 2,9

* Total de servidores ativos é maior do que os "ativos permanentes" pois incluem, dentre outros, servidores cedidos e em atividade por conta de decisões judiciais

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal, Portal de Transparência do Poder Executivo Federal, Relatório de Avaliação do RPPS da União e PLN 4/2023

Control Energy Eficiência Energética S/A.

CNPJ/ME nº 48.767.430/0001-60 - NIRE 3530060505-5

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de março de 2024

1. Data, hora e local: Realizada no dia 26/03/2024, às 10 hs, na sede social Companhia. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação. **3. Composição da Mesa**: **Mario Nilton Destefano Ambrozio** - Presidente; e **Almir Fioravante Camargo** - Secretário. **4. Ordem do Dia**: (i) a redução do número mínimo de integrantes da Diretoria do atuais 2 (dois) para 1 (um) Diretor; (ii) alterar a forma de representação da Companhia; (iii) incluir no Estatuto da Sociedade novos incisos que necessitam de autorização privativamente em Assembleia Geral; (iv) aceitar o pedido de renúncia do Sr. Rubens Takano Parreira do cargo de Diretor Presidente; (v) aceitar o pedido de renúncia do Sr. Ricardo Marques Lisboa do cargo de Diretor; (vi) a eleição do novo Diretor Presidente; e (viii) consolidar o Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações**: **5.1.** Reduzir o número mínimo de membros da Diretoria dos atuais 2 para 1 Diretor, sendo 1 o Diretor Presidente. Dessa forma, o caput do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 7º - A Diretoria será constituída por, no mínimo, 1 e, no máximo, 8 membros, todos residentes e domiciliados no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de até 2 anos, podendo ser reeleitos." **5.2.** Alterar a forma de representação da Companhia, podendo, para tanto, ser representada somente por 1 Diretor e 1 procurador. Dessa forma, o artigo 10º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 10 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada, observado o disposto nos parágrafos abaixo: (i) por 1 Diretor; (ii) por um Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) por 1 procurador, devidamente constituídos e com poderes específicos. §1° - Para a outorga de procurações, por instrumento público ou privado, a Companhia deverá ser representada sempre pelo Diretor Presidente. §2° - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes conferidos e deverão ter o prazo máximo de 1 ano, sendo vedado o substabelecimento, ressalvadas, nestas duas hipóteses, as procurações outorgadas a advogados para a representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto." **5.3.** Incluir novos incisos que compete privativamente à assembleia geral: (i) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$ 1.000.000,00; e (ii) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$ 1.000.000,00. Dessa forma, o artigo 16º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 16 – Compete privativamente à Assembleia Geral: (a) reformar este Estatuto Social; (b) eleger ou destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (se instalado); (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações da Companhia, ficando expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou por este Estatuto Social; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir os eventuais liquidantes e julgar-lhes as contas; (h) autorizar os administradores a confessar falência, pedir concordata e entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; (i) fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho Fiscal (se instalado); (j) deliberar sobre propositura, pela Companhia, de qualquer ação de responsabilidade civil contra os administradores, por eventuais prejuízos causados ao seu patrimônio; (l) deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (m) deliberar sobre a participação em grupo de sociedades; (n) deliberar sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia; (o) deliberar sobre o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia; (p) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$1.000.000,00; e (q) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$1.000.000,00." **5.4**. Aceitar o pedido de renúncia dos atuais Diretores Sr. **Rubens Takano Parreira**, CPF/ME nº 212.745.158-90, para o cargo de Diretor Presidente; e (ii) o Sr. **Ricardo Marques Lisboa**, CPF/ME nº 153.129.398-03, que recebem a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação aos serviços prestados até a presente data, para que deles nada mais se reclame, a qualquer tempo, título ou pretexto em razão do exercício do cargo. **5.5**. Aprovar a eleição, do Diretor Presidente, **Almir Fioravante Camargo**, CPF/ME nº 135.097.398-09, com mandato pelo prazo de 2 anos, a contar da presente data. **5.6**. Não obstante a assinatura do termo de posse anexo à presente ata como Anexo I o diretor aceita os cargo para o qual foi eleito e declara expressamente, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **5.7**. Por fim, tendo em vista as deliberações acima, aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a nova redação constante do Anexo II à presente ata. **6**. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. **Estatuto Social da Control Energy Eficiência Energética S/A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração** Artigo 1º - A **Control Energy Eficiência Energética S/A.** é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo disposto neste Estatuto Social, pelas disposições da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas demais disposições legais aplicáveis ("Companhia"). Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.327, Sala 72-10, 7º Andar, Edifício International Plaza II, podendo abrir filiais, sucursais, agências ou representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação dos acionistas. Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto: (i) prestação de serviços de consultoria e assessoria de geração distribuída de energia elétrica. (ii) assessoria em gestão estratégica e energética; (iii) gestão comercial de produtos, serviços e custos relacionados à geração, transmissão, comercialização, geração distribuída e consumo de energia; e (iv) a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, independentemente do tipo societário da sociedade investida. Artigo 4º - O prazo de duração da companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital Social -** Artigo 5º - O capital social da Companhia, é de R$ 10.000,00, dividido em 10.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia foi integralizado parcialmente em R$1.000,00, em moeda corrente nacional, na presente data, devendo o saldo remanescente ser integralizado em até 30 (trinta) dias a contar desta data, em moeda corrente nacional. §1° - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável. §2° - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia. §3° - É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Capítulo III - Administração -** Artigo 6º - A administração da Companhia competirá à Diretoria, que terá atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social. **Seção I - Diretoria -** Artigo 7º - A Diretoria será constituída por, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 8 (oito) membros, todos residentes e domiciliados no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de até 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. §1° - Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. §2° - Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução. §3° - Os Diretores terão suas denominações e atribuições estabelecidas pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto no caput e nos §§ deste Artigo. §4° - Os membros da Diretoria terão as denominações estabelecidas no momento da eleição, podendo ter as seguintes denominações específicas: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor; e (iii) outras denominações aprovadas pela Assembleia Geral. §5° - O Diretor Presidente, além de outras atribuições específicas que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável pela representação da Diretoria perante a Assembleia Geral, pela supervisão dos trabalhos dos demais Diretores e pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Geral e das normas estatutárias e legais. §6° - A remuneração da Diretoria deverá ser distribuída dentre os seus membros de acordo com o que for determinado pela Assembleia Geral. Artigo 8º - Ocorrendo a ausência ou impedimento, por qualquer motivo, de qualquer Diretor, o respectivo substituto será escolhido pela Assembleia Geral a se realizar no prazo de 15 dias, contados da ocorrência da vaga. Artigo 9º - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes à condução das atividades da Companhia, ressalvados aqueles para os quais seja, por Lei ou pelo presente Estatuto Social, atribuída a competência à Assembleia Geral. Os poderes da Diretoria incluem aqueles suficientes para: (a) zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (e) representar ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, entidades, ofícios ou repartições públicas federais, estaduais ou municipais, empresas públicas, autarquias, agências reguladoras, podendo, para tanto, constituir advogados para a sua representação em processos judiciais, administrativos e arbitrais, excluída a representação perante sociedades em que a Companhia detenha participação societária; (f) conduzir os negócios diários da Companhia, podendo, exemplificativamente, abrir, fechar e movimentar contas bancárias, fazer aplicações financeiras, receber, emitir, endossar, visar, descontar ou avalizar cheques, letras de câmbio, faturas, duplicatas ou outros títulos de crédito ou instrumentos comerciais, reclamar, receber, negociar e estabelecer a forma de pagamento de todos os débitos com a Companhia, dar e receber quitação, bem como contratar e demitir empregados; (g) celebrar ajustes e contratos que resultem na assunção de obrigações para a Companhia; (h) prestar fiança e constituir garantias de qualquer natureza junto a entidades públicas ou privadas; e (i) celebrar, negociar, prorrogar, renovar, denunciar e rescindir toda classe de contratos financeiros, cessão de créditos, pagamento a fornecedores por banco, avais e cartas de crédito a favor da Companhia, (ii) cessão e/ou endosso de letras de câmbio, pagamentos, recibos, faturas, declarações, cheques e demais ordens de pagamento, assinando as respectivas cessões, endossos e recibos correspondentes, em nome da Companhia e a seu favor, especialmente com relação a contratos de cessão ou compra e venda de créditos que a Companhia celebre sem limite de quantidades, quando a cessão seja única e exclusivamente a entidades financeiras, e (iii) celebração de contratos financeiros, assim entendidos os contratos de câmbio, de seguro, derivados, commodities, cobertura de juros, opção, futuros e similares. Artigo 10 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada, observado o disposto nos parágrafos abaixo: (i) por 1 Diretor; (ii) por um Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído e com poderes específicos; ou (iii) por 1 procurador, devidamente constituídos e com poderes específicos. §1° - Para a outorga de procurações, por instrumento público ou privado, a Companhia deverá ser representada sempre pelo Diretor Presidente. §2° - As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão especificar os poderes conferidos e deverão ter o prazo máximo de 1 ano, sendo vedado o substabelecimento, ressalvadas, nestas duas hipóteses, as procurações outorgadas a advogados para a representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto. Artigo 11- A Diretoria reunir-se-á sempre que exigirem os negócios sociais. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pelos demais membros da Diretoria. §1º - As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 48 horas. Para que tais reuniões possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois Diretores, se só houver dois Diretores em exercício. §2º - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos. Artigo 12- Nas ausências ou nos impedimentos temporários de qualquer Diretor, este, sujeito à aprovação do Diretor Presidente, poderá indicar outro Diretor para substituí-lo durante a sua ausência ou o seu impedimento. O substituto do Diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, os direitos e os deveres do Diretor substituído. Artigo 13 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer acionista, Diretor, Procurador ou empregado que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhos ao objeto social. **Capítulo IV - Assembleias Gerais -** Artigo 14 - As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. Artigo 15 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente ou pelos Acionistas, na forma da Lei das Sociedades por Ações. §1º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias, no caso de primeira convocação, e de 5 dias, no caso de segunda convocação. §2º - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia. §3º - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, ou pelo substituto por ele designado, o qual escolherá um Secretário. §4º - As Assembleias Gerais instalar-se-ão em conformidade com a legislação societária vigente e as suas deliberações, com exceção daquelas que requerem quórum especial previsto em Lei, dependerão do voto afirmativo dos acionistas representando a maioria do capital social votante, não se computando os votos em branco. Artigo 16 – Compete privativamente à Assembleia Geral: (a) reformar este Estatuto Social; (b) eleger ou destituir a qualquer tempo os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (se instalado); (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) autorizar a emissão de quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida conversíveis em ações da Companhia, ficando expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias; (e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou por este Estatuto Social; (f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (g) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir os eventuais liquidantes e julgar-lhes as contas; (h) autorizar os administradores a confessar falência, pedir concordata e entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; (ii) fixar a remuneração, global ou individual, dos membros do Conselho Fiscal (se instalado); (j) deliberar sobre propositura, pela Companhia, de qualquer ação de responsabilidade civil contra os administradores, por eventuais prejuízos causados ao seu patrimônio; (l) deliberar sobre a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (m) deliberar sobre a participação em grupo de sociedades; (n) deliberar sobre a cessação do estado de liquidação da Companhia; (o) deliberar sobre o resgate ou a amortização de ações de emissão da Companhia; (p) realização, pela Companhia, de investimentos e/ou obtenção de empréstimos e financiamentos, inclusive a contratação de operações de arrendamento mercantil, oferecimento de garantias de qualquer espécie a quaisquer obrigações, quando o montante do empréstimo, financiamento ou garantia ultrapassem a quantia de R$1.000.000,00; e (q) assinatura de cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou de quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade, cujos valores individuais ultrapassem R$1.000.000,00. **Capítulo V - Conselho Fiscal -** Artigo 17 - O Conselho Fiscal da Companhia, a ser composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, não será permanente e poderá ser instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VI - Exercício Social, Balanço e Lucros -** Artigo 18 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 19 - Ao fim de cada exercício social, o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados e auditados por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. §1º - A Assembleia Geral poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais, bimestrais, mensais ou em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados em tais demonstrações financeiras, nos termos do Artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações. §2º - A qualquer tempo, a Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias. Artigo 20 - Os lucros líquidos apurados em cada exercício, após as deduções legais, terão a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado. §1º - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a seguinte destinação: (a) a parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) no mínimo, 1% e, no máximo, 25% para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e (c) o saldo terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral. §2º - A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, conforme o disposto no Artigo 202, § 3º, Inciso II, da Lei Federal nº. 6.404, de 15/12/1976. **Capítulo VII - Liquidação -** Artigo 21 - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII – Mediação e Arbitragem -** Artigo 22 – Qualquer conflito originário do presente Estatuto Social, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, será submetido obrigatoriamente à Mediação, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM/CCBC"), de acordo com o seu Roteiro e Regimento de Mediação, a ser coordenada por Mediador participante da Lista de Mediadores do CAM/CCBC, indicado na forma das citadas normas. §1º - O conflito não resolvido pela mediação, conforme o caput acima, será definitivamente resolvido por arbitragem de direito (sendo vedada a arbitragem por equidade), administrada pelo mesmo CAM/CCBC, de acordo com o seu Regulamento. §2º - A arbitragem será administrada pelo CAM/CCBC e obedecerá às normas estabelecidas no seu Regulamento, cujas disposições integram o presente Estatuto Social. §3º - O tribunal arbitral será constituído por 3 árbitros, indicados na forma prevista no Regulamento do CAM/CCBC. §4º - A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo/SP, Brasil. §5º - O procedimento arbitral será conduzido em português. §6º - Aplica-se a este Estatuto Social e à mediação ou arbitragem a legislação brasileira. **Capítulo IX – Disposições Finais -** Artigo 23 – A Companhia disponibilizará, sempre que solicitado por acionista(s), os contratos celebrados com partes a ela relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. Os acionistas terão acesso irrestrito aos livros, documentos e informações da Companhia. Artigo 24 – No caso de abertura de seu capital, a Companhia aderirá a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 578, de 30 de agosto de 2016. Jucesp nº 138.342/24-6 em 03/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ARA Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.286.866/0001-80

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	127	283	3.825	4.255
Contas a receber	–	–	73.631	53.878
Estoques	–	–	10.364	11.299
Tributos a recuperar	55	–	825	630
Partes relacionadas	200	10.210	–	–
Créditos diversos	713	919	1.542	2.673
Total do ativo circulante	**1.095**	**11.412**	**90.187**	**72.735**
Não circulante				
Contas a receber	–	–	–	1.347
Créditos diversos	1.966	2.326	1.966	2.326
Depósitos judiciais	25	2	124	128
	1.991	**2.328**	**2.090**	**3.801**
Investimentos	76.312	50.160	–	–
Imobilizado	2.290	2.478	6.246	5.393
Intangível	–	8	3.442	917
	78.602	**52.646**	**9.688**	**6.310**
Total do ativo não circulante	**80.593**	**54.974**	**11.778**	**10.111**
Total do ativo	**81.688**	**66.386**	**101.965**	**82.846**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	147	82	8.874	6.756
Obrigações trabalhistas e tributárias	133	135	10.521	9.408
Contas a pagar	408	165	849	510
Adiantamento de clientes	–	–	439	135
Total do passivo circulante	**688**	**382**	**20.683**	**16.809**
Não circulante				
Provisões para contingências	–	–	282	33
Total do passivo não circulante	**–**	**–**	**282**	**33**
Patrimônio líquido				
Capital social	30	30	30	30
Reserva Legal	6	6	6	6
Reserva de lucros	80.964	65.968	80.964	65.968
Total do patrimônio líquido	**81.000**	**66.004**	**81.000**	**66.004**
Total do passivo e patrimônio líquido	**81.688**	**66.386**	**101.965**	**82.846**

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	–	–	228.880	197.008
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	–	–	(69.180)	(43.840)
Lucro bruto	**–**	**–**	**159.700**	**153.168**
Despesas/receitas operacionais:				
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(6.155)	(4.678)	(60.328)	(42.645)
Outras receitas e despesas operacionais	222	615	267	(1.971)
Lucro/ (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**(5.933)**	**(4.063)**	**99.639**	**108.552**
Despesas financeiras	(11)	(21)	(1.703)	(1.206)
Receitas financeiras	78	189	1.700	1.547
Lucro/ (prejuízo) antes das participações societárias	**(5.866)**	**(3.895)**	**99.636**	**108.893**
Resultado de equivalência patrimonial	86.696	93.451	–	–
Lucro antes das provisões tributárias	**80.830**	**89.556**	**99.636**	**108.893**
Imposto de renda e contribuição social	–	(152)	(18.806)	(19.489)
Lucro líquido do exercício	**80.830**	**89.404**	**80.830**	**89.404**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro do exercício	**80.830**	**89.404**	**80.830**	**89.404**
(+/-) Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**80.830**	**89.404**	**80.830**	**89.404**
(-) Resultado abrangente destinado aos não controladores	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**80.830**	**89.404**	**80.830**	**89.404**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucro do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**30**	**–**	**39.756**		**39.786**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	89.404	**89.404**
Constituição de reserva legal	–	6	–	(6)	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(22.349)	**(22.349)**
Dividendos extraordinários propostos	–	–	–	(40.837)	**(40.837)**
Transferência para reserva de lucros	–	–	26.212	(26.212)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**30**	**6**	**65.968**	**–**	**66.004**
Lucro líquido do exercício	–	–	**–**	80.830	**80.830**
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	**–**	(20.207)	**(20.207)**
Dividendos extraordinários propostos				(45.871)	**(45.871)**
Transferência para reserva de lucros	–	–	14.996	(14.996)	**–**
Outras movimentações	–	–	–	244	**244**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**30**	**6**	**80.964**	**–**	**81.000**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	80.830	89.556	99.636	108.893
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do resultado à geração de caixa pelas atividades operacionais				
Depreciação	713	208	2.175	556
Amortização	8	22	359	224
Custo líquido na baixa de ativo imobilizado	–	194	–	197
Provisão (reversão) da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	–	–	980	(148)
Resultado de equivalência patrimonial	(86.696)	(93.451)	–	–
Outras movimentações em controladas	244	(34)	244	–
Provisão para demandas judiciais	–	–	249	
Variação nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	–	–	(19.386)	(24.324)
Estoques	–	–	935	(9.489)
Tributos a recuperar	(55)	–	(195)	(166)
Créditos diversos	566	431	1.491	(809)
Depósitos judiciais	(23)	(2)	4	(32)
Fornecedores	65	73	2.118	3.850
Obrigações trabalhistas e tributárias	(2)	7	1.520	1.295
Contas a pagar	243	132	339	445
Adiantamento de clientes	–	–	304	(507)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(154)	(19.213)	(16.821)
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	**(4.107)**	**(3.018)**	**71.560**	**63.164**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Lucros distribuídos	(66.078)	(63.186)	(66.078)	(63.186)
Aquisição de imobilizado	(525)	(2.289)	(3.028)	(3.000)
Aquisição de intangível		–	(2.884)	(420)
Lucros recebidos de controladas	74.774	83.585	–	–
Aporte de capital em controladas	(30)	(900)	–	–
Empréstimos pagos (concedidos) à parte relacionadas	10.010	(10.210)	–	–
Adiantamento para Futuro Aumento De Capital (AFAC)	(14.200)	(4.000)	–	–
Fluxo de caixa originado das (aplicado nas) atividades de investimento	**3.951**	**3.000**	**(71.990)**	**(66.606)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(156)**	**(18)**	**(430)**	**(3.442)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	283	301	4.255	7.697
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	127	283	3.825	4.255
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(156)**	**(18)**	**(430)**	**(3.442)**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

1. Informações sobre a Companhia e contexto operacional – 1.1. Informações sobre a controladora: A **ARA Empreendimentos e Participações SA. ("Companhia" ou "Controladora")** é uma sociedade anônima, constituída em 24 de outubro de 2014, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Foi criada para atuar como holding e administradora das empresas (controladas) responsáveis pela produção, desenvolvimento, modelagem e comercialização dos calçados, bolsas, acessórios e vestuário da marca "Santa Lolla". A marca "Santa Lolla" está presente no mercado nacional a mais de 16 anos e tem seu foco direcionado ao atendimento das demandas do público feminino de todas as idades. Com um portfólio de mais de 7.000 itens e com 5 novas coleções a cada ano, busca atender a demanda crescente deste mercado, atentando-se para as novidades e tendências nacionais e internacionais da moda, com produtos autênticos com grande aceitação e penetração no mercado. Em 31 de dezembro de 2023, a marca "Santa Lolla" possuía 309 franquias (280 em 2022), distribuídas em todo o território nacional e internacional, 2.486 pontos de vendas em lojas multimarcas (2.255 em 2022) e uma loja própria ("Concep Store") localizada em uma das principais ruas de comércio da Cidade de São Paulo ("Oscar Freire"), além de ter uma forte atuação por meio do e-commerce. **1.2. Alterações societárias:** Durante o exercício de 2022 a Companhia passou de uma sociedade limitada para uma sociedade anônima fechada, passando a ter a razão social "**ARA Empreendimentos e Participações SA.**"

1.3. Informações sobre as empresas controladas

Empresa	Participação	Principais atividades
Stella Franquias	100%	Administração e expansão das franquias, vendas, licenciamento de marcas.
RVF Franquias	100%	Licenciamento de marcas e representação comercial por conta de terceiros.
SKO Comércio, Importação e Exportação de Calçados, Bolsas e Acessórios	100%	Importação e exportação de calçados, bolsas, acessórios e artigos de vestuário em geral. Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, calçados e artigos de viagem.
Verden Comércio de Calçados	100%	Comércio varejista de calçados, bolsas, cintos, artigos de vestuários, bijuterias e congêneres.
Tror Assessoria em Marketing	100%	Assessoria em marketing, produção de filmes em estúdio cinematográficos ou qualquer outra plataforma que tenha como finalidade a publicidade dos produtos e da marca.
Alle Franquias Ltda	100%	Exploração do ramo de franquias, venda e licenciamento de marcas e comércio varejista de calcados.
Merke Assessoria de Marketing Ltda.	100%	Assessoria em marketing, produção de filmes em estúdio cinematográficos ou qualquer outra plataforma que tenha como finalidade a publicidade dos produtos e da marca, comercio varejista de calçados.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – 2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **ARA Empreendimentos e Participações SA.** do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 11 de abril de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

A Diretoria
Thiago Ribeiro Fraga – Contador CRC 1SP 276.132/O-1

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
ARA Empreendimentos e Participações S.A. | São Paulo – São Paulo
Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **ARA Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **ARA Empreendimentos e Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstração financeira individual e consolidada". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração da demonstração financeira, individual e consolidada. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se a demonstrações financeira, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das empresas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de abril de 2024.
Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda. – CRC 2SP - 031.269/O-1
Fábio Marchesini – Contador CRC 1SP - 244.093/O-1.
Juliana Machado de Freitas – Contadora CRC 1SP - 268.105/O-0.

Juros: taxas curtas sobem com declarações 'hawkish' de Campos Neto

Os juros futuros fecharam quarta-feira em alta nos vencimentos de curto e médio prazos, invertendo o sinal de baixa no meio do dia após declarações do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, em Washington, que limparam as apostas de corte de 0,50 ponto da Selic no Copom de maio. Os longos cederam, acompanhando o alívio do câmbio e da curva dos Treasuries.

Campos Neto admitiu que num cenário de manutenção de incertezas elevadas o ritmo de queda da Selic pode ser alterado. Ainda, foi categórico em afirmar que o BC fará o que for necessário para ancorar a inflação e discorreu ainda sobre as turbulências fiscais.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,445%, de 10,280% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026 subia de 10,65% para 10,75%. O DI para janeiro de 2027 projetava 11,01%, de 11,06% ontem no ajuste. A taxa do DI para janeiro de 2029 caía para 11,44%, de 11,60%.

Pela manhã, o mercado chegou a arriscar uma correção das fortes altas registradas ao longo do mês, amparada no ajuste em baixa do dólar e no alívio da curva dos Treasuries. O ajuste, porém, era aquém do expressivo volume de prêmios acumulados, com sinais de que não se sustentaria até o fim da sessão, até porque o mercado aguardava a participação de Campos Neto em eventos em Washington.

No início da tarde, a fala de Campos Neto, em evento promovido pela XP, deu a senha para que os DIs de curto e médio prazos passassem a subir.

IstoéDinheiro

Publicidade Legal

CL Guarulhos II Empreendimento Imobiliário SPE S/A.

CNPJ/MF nº 39.407.083/0001-73

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.
São Paulo, 18 de abril de 2024.
A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	71.556	25.084.979	Fornecedores	2.896.740	455.079
Imóveis em construção	122.864.299	38.072.986	Obrigações trabalhistas e tributárias	566.848	378.534
Partes relacionadas	–	6.500.000	Dividendos a pagar	1.749.033	–
Créditos diversos	1.735	2.797	Partes relacionadas	26.586.200	–
Tributos a recuperar	296.546	15.474	**Total do passivo circulante**	**31.798.822**	**833.613**
Despesas antecipadas	27.744	27.668	**Passivo não circulante**		
Total do ativo circulante	**123.261.880**	**69.703.904**	Obrigações com investidores – SCP	91.579.144	68.114.959
			Total do passivo não circulante	**91.579.144**	**68.114.959**
Ativo não circulante			**Patrimônio líquido**		
Despesas antecipadas	4.472	32.216	Capital social	12.000	10.000
Imobilizado	6.564	8.485	Lucros (Prejuízos) acumulados	(117.050)	786.033
Total do ativo não circulante	**11.036**	**40.701**	**Total do patrimônio líquido**	**(105.050)**	**796.033**
Total do ativo	**123.272.916**	**69.744.605**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**123.272.916**	**69.744.605**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022		2023	2022
Despesas operacionais			Receitas financeiras	2.136.368	1.855.395
Despesas administrativas e gerais	(518.895)	(245.739)	**Resultado financeiro**	**2.123.389**	**1.851.600**
Despesas tributárias	(48.184)	(1.307)	**(=) Resultado antes do imposto de**		
	(567.079)	**(247.047)**	**renda e da contribuição social**	**1.556.310**	**1.604.554**
Resultado operacional	**(567.079)**	**(247.047)**	Imposto de Renda e Contribuição Social	(708.359)	(612.621)
Despesas financeiras	(12.978)	(3.794)	**Lucro líquido do exercício**	**847.951**	**991.933**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**10.000**	**(205.900)**	**(195.900)**
Lucro líquido do exercício	–	991.933	991.933
Distribuição de lucros		–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.000**	**786.033**	**796.033**
Aumento de capital social	2.000	(2.000)	–
Distribuição de lucros	–	(1.749.033)	(1.749.033)
Lucro líquido do exercício	–	847.951	847.951
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**12.000**	**(117.050)**	**(105.050)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a participação em um empreendimento imobiliário sobre um terreno na cidade de Guarulhos/SP, incluindo a fase de construção e participação da exploração da locação do mesmo. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 18 de abril de 2024.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	847.951	991.933
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**847.951**	**991.933**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.556.310	1.604.554
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	1.921	1.121
Aumento/(redução) no ativo:		
Imóveis em construção	(84.791.313)	(36.770.560)
Créditos diversos	1.062	(2.797)
Tributos a recuperar	(281.072)	(14.677)
Despesas antecipadas	27.668	(59.884)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	2.441.661	455.079
Obrigações trabalhistas e tributárias	188.314	374.839
Contas a pagar	1.749.033	–
Fluxo de caixa consumido nas atividades operacionais	**(79.106.415)**	**(34.412.326)**
Imposto de renda e contribuição social	(708.359)	(612.621)
Fluxo de caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	**(79.814.774)**	**(35.024.948)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	–	(9.606)
Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimento	**–**	**(9.606)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obrigações com investidores – SCP	23.464.185	58.899.923
Partes relacionadas	33.086.200	–
Distribuições de lucro	(1.749.033)	–
Fluxo de caixa proveniente nas atividades de financiamento	**54.801.352**	**58.899.923**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(25.013.422)**	**23.865.370**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	25.084.979	1.219.609
No final do exercício	71.556	25.084.979
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(25.013.422)**	**23.865.370**

Cláudio Kluger
Diretor – CPF 294.840.928-45

Alvin Gilmar Francischetti
Contador – CRC-SP nº 1SP 124.215/O-6

CLD Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

CNPJ/MF nº 08.944.728/0001-83

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 18 de abril de 2024.
A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	11.675	21.509	Fornecedores	2.352	2.039
Adiantamento a fornecedores	5	–	Obrigações tributárias	199	231
Tributos a recuperar	12	10	Outras contas a pagar	228	342
Total do ativo circulante	**11.692**	**21.519**	**Total do passivo circulante**	**2.779**	**2.612**
			Passivo não circulante		
			Permuta de imóveis	57.255	57.255
Ativo não circulante			**Total do passivo circulante**	**57.255**	**57.255**
Propriedade para investimento	279.342	195.010	**Patrimônio líquido**		
Imobilizado	4	6	Capital social	231.504	136.711
Total do ativo não circulante	**279.346**	**195.016**	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	21.000
			Reserva Legal	27	–
			Prejuízos acumulados	(527)	(1.043)
			Total do patrimônio líquido	**231.004**	**156.668**
Total do ativo	**291.038**	**216.535**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**291.038**	**216.535**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	2023	2022		2023	2022
Despesas operacionais			**Resultado financeiro**	**1.579**	**912**
Despesas gerais e administrativas	(519)	(167)	**(=) Resultado antes das provisões**		
Resultado operacional	(519)	(167)	**tributárias**	1.060	745
Receitas financeiras	1.592	920	Imposto de Renda e Contribuição Social	(517)	(300)
Despesas financeiras	(13)	(8)	**Lucro/Prejuízo líquido do exercício**	**543**	**445**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Reserva Legal	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**26.169**	**19.023**	**(1.463)**	**–**	**43.729**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	15.520	–	–	15.520
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(25)	–	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**26.169**	**34.543**	**(1.488)**	**–**	**59.224**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(13.543)	–	–	(13.543)
Aumento de capital	110.542	–	–	–	110.542
Lucro líquido do exercício	–	–	445	–	445
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**136.711**	**21.000**	**(1.043)**	**–**	**156.668**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(21.000)	–	–	(21.000)
Aumento de capital	94.793	–	–	–	94.793
Reserva Legal	–		(27)	27	–
Lucro líquido do exercício	–	–	543	–	543
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**231.504**	**–**	**(527)**	**27**	**231.004**

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	543	445
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	543	445

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

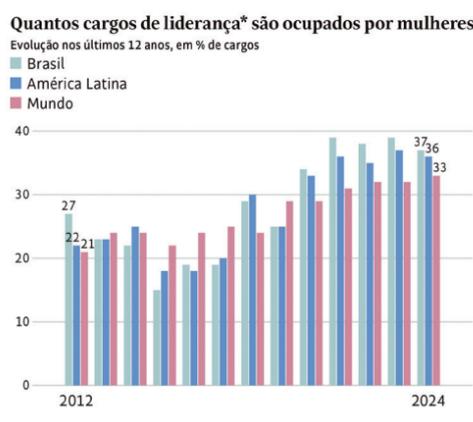
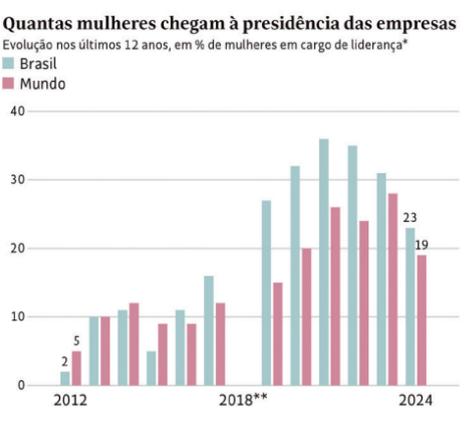
Atividades operacionais	2023	2022
Lucro Líquido Antes do Imposto de renda e da Contribuição Social	1.060	745
Aumento/(redução) no ativo:		
Imóveis em construção	(84.332)	(82.530)
Tributos a recuperar	(2)	(10)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	313	(592)
Obrigações tributárias	(32)	176
Outras contas a pagar	(114)	235
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(83.107)**	**(81.976)**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(517)	(300)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(83.624)**	**(82.276)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(21.000)	(13.543)
Aumento de capital social	94.793	110.542
Partes relacionadas	(5)	280
Imobilizado	2	(4)
Fluxo de caixa proveniente nas atividades de financiamento	**73.790**	**97.275**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(9.834)**	**14.999**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	21.509	6.510
No final do exercício	11.675	21.509
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(9.834)**	**14.999**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Valores Expressos em Milhares de Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a construção de 34 galpões com 121.192,17 m2s, sito à Rua Cabo Norberto Enrique Weber, 222 – Parque Novo Mundo -S.P., tendo a primeira fase 14 galpões e 44.255,50m2s. **2. Base de preparação** – As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 18 de abril de 2024.

Claudio Kluger – Diretor

Alvin Gilmar Francischetti – CRC-SP 124.215/O-6

Percentual de mulheres CEOs cai no Brasil e no mundo

* Cargos de liderança compreendem presidência, diretoria e gerência

** Pesquisa não foi feita em 2018

Ranking dos 10 países com maior participação de mulheres CEOs

Posição	País	% Mulheres	% Homens
1º	Grécia	50	50
2º	África do Sul	48,1	51,9
3º	Tailândia	47,5	52,5
4º	Argentina	37	63
5º	Itália	36,2	63,8
6º	México	35,5	64,5
7º	Turquia	34,3	65,7
8º	Indonésia	32,3	67,7
9º	Malásia	32,3	67,7
10º	**Brasil**	32	68

Dólar cai 0,47% com ajustes em meio à fala dura de Campos Neto

Após cinco pregões consecutivos de alta, período em que acumulou valorização de 5,21%, o dólar à vista recuou na sessão da quarta-feira, 17. O enfraquecimento global da moeda americana e a queda dos Treasuries, em dia de agenda esvaziada no exterior, abriu espaço para um movimento na realização de lucros no mercado local. Houve também relatos de internalização de recursos por parte de exportadores para aproveitar as cotações mais elevadas.

Tirando altas pontuais e bem limitadas na abertura dos negócios e no início da tarde, o dólar à vista operou em baixa no restante do pregão. Com mínima a R$ 5,2198 por volta das 15h45, a divisa encerrou o pregão em queda de 0,47%, cotada a R$ 5,2439 – ainda nos maiores níveis desde março de 2023. Apesar do refresco hoje, o dólar acumula valorização de 4,56% em abril.

Uma vez mais, houve giro forte no mercado de dólar futuro, com o contrato para maio movimentando mais de US$ 18 bilhões. Ontem, os investidores estrangeiros ampliaram ainda mais as posições compradas em derivativos cambiais (dólar futuro, mini contrato, cupom cambial e swap), que atingiram o pico histórico US$ 70,3 bilhões, segundo dados da B3. Já os fundos locais mantêm posições vendidas de US$ 8,5 bilhões.

"Hoje é um dia de ressaca, sem agenda relevante. A moeda brasileira se valoriza, em uma correção que era amplamente esperada após a alta muito forte do dólar na segunda e na terça-feira", afirma o economista André Galhardo, consultor econômico da Remessa Online, para quem os fatores que levaram ao estresse no mercado de câmbio nos últimos dias ainda não se dissiparam.

IstoéDinheiro

Publicidade Legal

C.L.G. Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 09.126.928/0001-91

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição da sede da Companhia. São Paulo, 18 de abril de 2024.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2023	2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	906.372	1.068.782
Contas a receber	2.018.678	4.402.003
Tributos a recuperar	3.506	3.506
Total do ativo circulante	**2.928.557**	**5.474.291**
Ativo não circulante		
Partes relacionadas	2.384.538	–
Sociedade em conta de participação	31.852.080	31.852.080
Propriedade para investimento	93.040.771	93.040.771
Total do ativo não circulante	**127.277.390**	**124.892.851**
Total do ativo	**130.205.946**	**130.367.143**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Passivo circulante		
Fornecedores	62.477	2.170
Obrigações trabalhistas e tributárias	700.741	531.063
Contas a pagar	1.559.890	1.372.734
Total do passivo circulante	**2.323.108**	**1.905.966**
Passivo não circulante		
Obrigações com investidores – SCP	31.852.080	31.852.080
Total do passivo circulante	**31.852.080**	**31.852.080**
Patrimônio líquido		
Capital social	93.303.578	93.303.578
Reserva legal	2.695.529	2.230.623
Reserva de lucros	31.651	1.074.895
Total do patrimônio líquido	**96.030.758**	**96.609.096**
Total do passivo e patrimônio líquido	**130.205.946**	**130.367.143**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Receita com locação de imóveis	12.940.072	17.998.699
(-) Descontos concedidos	(40.376)	(350.732)
(-) Tributos incidentes	(569.512)	(578.828)
Receita líquida	**12.330.183**	**17.069.140**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(1.244.587)	(1.410.849)
Despesas tributárias	(98.215)	(257.097)
Outras receitas e despesas	240.513	367.894
	(1.102.290)	**(1.300.052)**
Resultado operacional	**11.227.894**	**15.769.088**
Despesas financeiras	(72.672)	(96.119)
Receitas financeiras	53.962	48.290
Resultado financeiro	**(18.711)**	**(47.830)**
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**11.209.183**	**15.721.258**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.911.064)	(1.717.333)
Lucro líquido do exercício	**9.298.119**	**14.003.926**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**93.303.578**	**1.530.427**	**126.162**	**94.960.167**
Lucro líquido do exercício	–	–	14.003.926	**14.003.926**
Distribuição de lucros	–	–	(12.354.996)	**(12.354.996)**
Constituição de reserva legal	–	700.196	(700.196)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**93.303.578**	**2.230.623**	**1.074.895**	**96.609.096**
Lucro líquido do exercício	–	–	9.298.119	**9.298.119**
Distribuição de lucros	–	–	(9.876.457)	**(9.876.457)**
Constituição de reserva legal	–	464.906	(464.906)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**93.303.578**	**2.695.529**	**31.651**	**96.030.758**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	9.298.119	14.003.926
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**9.298.119**	**14.003.926**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	11.209.183	15.721.258
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	2.383.325	(1.963.344)
Créditos diversos	–	24.328
Depósitos judiciais	–	13.032
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	60.308	366
Obrigações trabalhistas e tributárias	169.678	132.339
Contas a pagar	187.156	109.854
Adiantamento de clientes	–	(517)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**14.009.650**	**14.037.314**
Imposto de renda e contribuição social	(1.911.064)	(1.717.333)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**12.098.586**	**12.319.982**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	–	–
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	–	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(9.876.457)	(12.354.996)
Partes relacionadas	(2.384.538)	–
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(12.260.995)**	**(12.354.996)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(162.409)**	**(35.015)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.068.782	1.103.796
No final do exercício	906.372	1.068.782
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(162.409)**	**(35.015)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, consistentes de 25 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLG Centro Logístico Guarulhos, localizado na Rodovia Presidente Dutra, esquina com a Avenida Dona Carmela Dutra, na cidade de Guarulhos, SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 18 de abril de 2024.

Claudio Kluger – Diretor

Ronaldo Pires da Silva – CRC-SP 164.536/O-7

CLGA Centro Logístico Guarulhos Aeroporto Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 49.035.686/0001-45

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. São Paulo, 18 de abril de 2024.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2023	2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.520.115	3.209.154
Contas a receber	4.321.707	3.473.150
Total do ativo circulante	**6.841.822**	**6.682.303**
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	10.704	7.682
Partes relacionadas	3.849.021	2.142.783
Propriedade para investimento	168.588.995	168.588.995
Total do ativo não circulante	**172.448.720**	**170.739.459**
Total do ativo	**179.290.541**	**177.421.763**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Passivo circulante		
Fornecedores	88.117	1.603
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.590.744	1.191.659
Contas a pagar	4.256.488	3.526.092
Total do passivo circulante	**5.935.349**	**4.719.354**
Patrimônio líquido		
Capital social	23.830.990	23.830.990
Reserva de capital	144.758.005	144.758.005
Reserva legal	4.766.198	3.844.166
Reserva de lucros	–	269.248
Total do patrimônio líquido	**173.355.192**	**172.702.409**
Total do passivo e patrimônio líquido	**179.290.541**	**177.421.763**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Receita com locação de imóveis	40.841.040	38.677.324
(-) Descontos concedidos	(133.071)	(806.336)
(-) Tributos incidentes	(1.460.829)	(1.376.554)
Receita líquida	**39.247.140**	**36.494.434**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(2.398.992)	(2.475.141)
Despesas tributárias	121.657	(220.126)
Outras receitas e despesas	134.736	(250.339)
	(2.142.599)	**(2.945.605)**
Resultado operacional	**37.104.542**	**33.548.829**
Despesas financeiras	(312.707)	(232.967)
Receitas financeiras	221.506	173.140
Resultado financeiro	**(91.201)**	**(59.827)**
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**37.013.340**	**33.489.003**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.874.976)	(4.137.164)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**32.138.364**	**29.351.839**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**23.830.990**	**144.758.005**	**2.376.574**	**1.794.301**	**–**	**172.759.870**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	29.351.839	29.351.839
Constituição de reserva legal	–	–	1.467.592	–	(1.467.592)	–
Distribuição de lucros				(1.525.053)	(27.884.247)	(29.409.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**23.830.990**	**144.758.005**	**3.844.166**	**269.248**	**–**	**172.702.409**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	32.138.364	32.138.364
Constituição de reserva legal	–	–	922.032	–	(922.032)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(269.248)	(31.216.332)	(31.485.581)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**23.830.990**	**144.758.005**	**4.766.198**	**–**	**–**	**173.355.192**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	32.138.364	29.351.839
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**32.138.364**	**29.351.839**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	37.013.340	33.489.003
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(848.558)	203.875
Créditos diversos	–	93.667
Depósitos judiciais	(3.022)	–
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	86.514	(4.868)
Obrigações trabalhistas e tributárias	399.085	125.485
Contas a pagar	730.396	411.818
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**37.377.756**	**34.318.981**
Imposto de renda e contribuição social	(4.874.976)	(4.137.164)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**32.502.780**	**30.181.817**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(31.485.581)	(29.409.300)
Partes relacionadas	(1.706.238)	(59.000)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(33.191.819)**	**(29.468.300)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(689.039)**	**713.517**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.209.154	2.495.637
No final do exercício	2.520.115	3.209.154
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(689.039)**	**713.517**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 44 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLGA – Centro Logístico Guarulhos Aeroporto, localizado na Rua Jamil João Zarif, 684, na cidade de Guarulhos, SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 18 de abril de 2024.

Claudio Kluger – Diretor

Ronaldo Pires da Silva – CRC-SP 164.536/O-7

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,2463 / R$ 5,2469 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,2404 / R$ 5,2424 *
Turismo - R$ 5,2698 / R$ 5,4498
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,48

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: −0,17%
Pontos: 124.171
Volume financeiro: R$ 47,711 bilhões
Maiores altas: CSN Mineração ON (5,48%), LWSA ON (3,71%), Vamos ON (2,54%)
Maiores baixas: Marfrig ON (-6,45%), CVC Brasil ON (-5,05%), Eztec ON (-4,43%)
S&P 500 (Nova York): -0,58%
Dow Jones (Nova York): -0,12%
Nasdaq (Nova York): -1,15%
CAC 40 (Paris): 0,62%
Dax 30 (Frankfurt): 0,02%
Financial 100 (Londres): 0,35%
Nikkei 225 (Tóquio): -1,32%
Hang Seng (Hong Kong): 0,02%
Shanghai Composite (Xangai): 2,14%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 1,55%
Merval (Buenos Aires): -2,57%
IPC (México): -0,68%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%

Publicidade Legal

CLO Rodoanel Osasco SPE S/A.

CNPJ/MF nº 29.967.703/0001-75

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 18 de abril de 2024.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	**2023**	**2022**
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.322.503	2.314.276
Contas a receber	1.161.888	1.500.000
Créditos diversos	133	–
Total do ativo circulante	**2.484.525**	**3.814.276**
Ativo não circulante		
Partes relacionadas	2.320.894	–
Propriedade para investimento	146.022.290	154.034.158
Total do ativo não circulante	**148.343.184**	**154.034.158**
Total do ativo	**150.827.708**	**157.848.434**

Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**
Passivo circulante		
Fornecedores	1.766	–
Obrigações trabalhistas e tributárias	875.705	750.406
Contas a pagar	2.100.942	1.816.403
Adiantamento de clientes	–	138.263
Total do passivo circulante	**2.978.413**	**2.705.071**
Patrimônio líquido		
Capital social	118.760.132	126.772.000
Reserva de capital	27.264.158	27.264.158
Reserva legal	1.825.006	1.072.160
Reserva de lucros	–	35.044
Total do patrimônio líquido	**147.849.296**	**155.143.362**
Total do passivo e patrimônio líquido	**150.827.708**	**157.848.434**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	**2022**
Receita com locação de imóveis	21.614.587	22.086.830
(-) Descontos concedidos	(429.070)	–
(-) Tributos incidentes	(781.666)	(787.167)
Receita líquida	**20.403.851**	**21.299.663**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(2.437.629)	(2.286.328)
Despesas tributárias	(71.770)	233.329
Outras receitas e despesas	–	459.382
	(2.509.399)	**(1.593.617)**
Resultado operacional	**17.894.452**	**19.706.046**
Despesas financeiras	(449.799)	(7.795)
Receitas financeiras	62.715	155.191
Resultado financeiro	**(387.085)**	**147.396**
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**17.507.367**	**19.853.442**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.450.460)	(2.375.169)
Lucro líquido do exercício	**15.056.908**	**17.478.273**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	**Reserva de capital**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**126.772.000**	**–**	**198.247**	**1.684**	**–**	**126.971.931**
Aumento de reserva de capital	–	27.264.158	–	–	–	27.264.158
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	17.478.273	17.478.273
Constituição de reserva legal	–	–	873.914	–	(873.914)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	–	(16.571.000)	(16.571.000)
Destinação para reserva de lucros	–	–	–	33.360	(33.360)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**126.772.000**	**27.264.158**	**1.072.160**	**35.044**	**–**	**155.143.362**
Redução de capital social	(8.011.868)	–	–		–	(8.011.868)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	15.056.908	15.056.908
Constituição de reserva legal	–	–	752.845	–	(752.845)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(35.044)	(14.304.062)	(14.339.106)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**118.760.132**	**27.264.158**	**1.825.006**	**–**	**–**	**147.849.296**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 36 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLO Centro Logístico Osasco, localizado na Avenida Leonil Crê Bortolosso, nº945, Bairro São Pedro, Osasco-SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 18 de abril de 2024.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em Reais)

	2023	**2022**
Lucro líquido do exercício	15.056.908	17.478.273
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**15.056.908**	**17.478.273**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em Reais)

	2023	**2022**
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	17.507.367	19.853.442
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	338.112	(980.000)
Créditos diversos	(133)	–
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	1.766	–
Obrigações trabalhistas e tributárias	125.299	(25.575)
Contas a pagar	284.539	(301.897)
Adiantamento de clientes	(138.263)	138.263
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**18.118.687**	**18.684.233**
Imposto de renda e contribuição social	(2.450.460)	(2.375.169)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**15.668.227**	**16.309.064**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(14.339.106)	(16.571.000)
Partes relacionadas	(2.320.894)	128.560
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(16.660.000)**	**(16.442.440)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(991.773)**	**(133.376)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.314.276	2.447.652
No final do exercício	1.322.503	2.314.276
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(991.773)**	**(133.376)**

Renato Kluger
Diretor – CPF: 311.755.948-57
Ronaldo Pires da Silva
CRC-SP 164536/O-7

CLP – Rodoanel Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 19.381.521/0001-64

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 18 de abril de 2024.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	**2023**	**2022**
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	569.457	446.073
Contas a receber	708.098	–
Créditos diversos	35.783	–
Total do ativo circulante	**1.313.338**	**446.073**
Ativo não circulante		
Partes relacionadas	2.196.270	–
Propriedade para investimento	39.877.826	39.877.826
Total do ativo não circulante	**42.074.096**	**39.877.826**
Total do ativo	**43.387.434**	**40.323.899**

Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**
Passivo circulante		
Fornecedores	353.965	1.654
Obrigações trabalhistas e tributárias	329.982	41.228
Contas a pagar	2.588.327	1.840.342
Total do passivo circulante	**3.272.274**	**1.883.225**
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	1.212.521	1.024.330
Permuta de imóveis	37.742.290	37.742.290
Total do passivo circulante	**38.954.810**	**38.766.620**
Patrimônio líquido		
Capital social	11.751	11.751
Reserva legal	2.350	–
Reserva de lucros	1.146.249	–
Prejuízos acumulados	–	(337.697)
Total do patrimônio líquido	**1.160.350**	**(325.946)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**43.387.434**	**40.323.899**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	**2022**
Receita com locação de imóveis	8.438.441	291.963
(-) Descontos concedidos	(1.001.411)	–
(-) Tributos incidentes	(245.606)	(10.657)
Receita líquida	**7.191.424**	**281.306**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(3.559.166)	(496.099)
Despesas tributárias	(19.179)	(31.184)
	(3.578.345)	**(527.283)**
Resultado operacional	**3.613.079**	**(245.977)**
Despesas financeiras	(184.794)	(44.132)
Receitas financeiras	2.675	27.356
Resultado financeiro	**(182.119)**	**(16.776)**
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**3.430.960**	**(262.753)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(786.008)	(35.040)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**2.644.952**	**(297.793)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**11.751**	**–**	**–**	**(39.905)**	**(28.153)**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(297.793)	(297.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**11.751**	**–**	**–**	**(337.697)**	**(325.946)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.644.952	2.644.952
Constituição de reserva legal	–	2.350	–	(2.350)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(1.158.656)	(1.158.656)
Destinação para reserva de lucros	–	–	1.146.249	(1.146.249)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**11.751**	**2.350**	**1.146.249**	**–**	**1.160.350**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 32 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado Centro Logístico Perus Rodoanel, localizado na Raimundo Pereira de Magalhães, 18.500, Perus-SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 18 de abril de 2024.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	**2022**
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	2.644.952	(297.793)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**2.644.952**	**(297.793)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	**2022**
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.430.960	(262.753)
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(708.098)	–
Créditos diversos	(35.783)	440
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	352.311	1.654
Obrigações trabalhistas e tributárias	288.754	41.228
Contas a pagar	747.984	1.840.342
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**4.076.128**	**1.620.912**
Imposto de renda e contribuição social	(786.008)	(35.040)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**3.290.120**	**1.585.872**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	–	(1.002.220)
Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimento	–	(1.002.220)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(2.008.080)	(137.700)
Distribuição de lucros	(1.158.656)	–
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(3.166.736)**	**(137.700)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**123.384**	**445.952**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	446.073	121
No final do exercício	569.457	446.073
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**123.384**	**445.952**

Claudio Kluger – Diretor – CPF 294.840.928-45
Ronaldo Pires da Silva – Contador CRC-SP 164.536/O-7

Com foco no BC, Ibovespa cai 0,17%, em baixa pelo 6º dia, aos 124,1 mil

O Ibovespa não conseguiu sustentar recuperação na quarta-feira, 16, estendendo a série negativa pela sexta sessão – a maior desde a longa correção entre 1º e 17 de agosto. Quarta, fechou em baixa de 0,17%, a 124.171,15 pontos, como terça no menor nível de encerramento desde 14 de novembro (123,1 mil). Entre a mínima e a máxima, oscilou de 123.641,94 a 125.300,97 pontos, saindo de abertura a 124.388,62 pontos. O giro foi reforçado pelo vencimento de opções sobre o índice, a R$ 47,6 bilhões. Na semana, o Ibovespa cai 1,41% e, no mês, cede 3,07%. No ano, recua 7,46%.

No exterior, o dia foi marcado por ajuste nos preços do petróleo, com o Brent em retração de 3%, abaixo de US$ 88 por barril, em Londres. Os estoques de petróleo dos Estados Unidos tiveram crescimento de 2,735 milhões de barris, a 459,993 milhões, na semana passada, informou o Departamento de Energia. Analistas ouvidos por The Wall Street Journal previam alta de 600 mil barris.

Ainda que o Ibovespa tenha contado com o apoio de Petrobras (ON +0,15%, PN +0,73%) e especialmente do setor metálico (Vale ON +1,09%, Gerdau PN +0,40%, CSN ON +1,06%), o índice operou no negativo ao longo da tarde, renovando mínimas da sessão abaixo dos 124 mil a partir das 13h16. No pior momento, foi a 123,6 mil, abaixo da mínima intradia de ontem, que havia sido a menor desde 16 de novembro.

Na quarta-feira, o índice foi contido em especial pelas ações de grandes bancos, mas o desempenho do setor melhorou um pouco do meio para o fim da tarde, com Banco do Brasil (ON +0,21%) e Itaú (PN +0,06%) tendo oscilado para o positivo, reduzindo a pressão sobre o Ibovespa.

IstoéDinheiro

Bolsas de NY fecham em queda, com liquidação de ações de chips após balanço da ASML

As bolsas de Nova York fecharam em queda na quarta-feira, 17, após resultado decepcionante da ASML deflagrar uma onda generalizada de vendas de ações do setor de chips semicondutores. A pressão amplificou a cautela causada pelas perspectivas de juros restritivos por mais tempo nos Estados Unidos, além das incertezas geopolíticas.

O índice Dow Jones encerrou a sessão com desvalorização de 0,12%, a 37.753,31 pontos; o S&P 500 caiu 0,58%, aos 5.022,21 pontos; e o Nasdaq desceu 1,15%, aos 15.683,37 pontos.

O papel da ASML recuou 7,09%, depois que a empresa holandesa informou uma queda nas encomendas de chips no primeiro trimestre. A companhia fornece máquinas de litografia que são essenciais para a manufatura de semicondutores, como a Taiwan Taiwan Semiconductor Manufacturing Company (TSM).

"A TSM e a Samsung estão adiando novos pedidos enquanto trabalham nos estoques de hardware usados em smartphones, computadores e carros", escreveu o analista Daniel ORegan, da Mizuho Securities.

Na esteira, Nvidia baixou 3,87%, AMD cedeu 5,78%, Qualcomm perdeu 2,53%. Por outro lado, United Airlines disparou mais de 17%, após informar prejuízo menor que o esperado. Com isso, American Airlines subiu 6,60% e Delta ganhou 2,86%.

No pano de fundo, as perspectivas para a política monetária americana ainda mantém investidores em alerta. Nesta tarde, o Livro Bege do Federal Reserve (Fed) apontou que a atividade econômico dos Estados Unidos se expandiu levemente desde o final de dezembro.

IstoéDinheiro

C.L.R. Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.293/0001-09

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 18 de abril de 2024. ***A Administração***

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2023	2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	151.873	301.795
Contas a receber	1.915.096	2.596.494
Créditos diversos	–	–
Total do ativo circulante	**2.066.970**	**2.898.290**
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	19.540	14.150
Partes relacionadas	1.368.581	82.200
Propriedade para investimento	57.042.461	57.042.461
Total do ativo não circulante	**58.430.582**	**57.138.811**
Total do ativo	**60.497.552**	**60.037.101**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Passivo circulante		
Fornecedores	64.691	97.461
Obrigações trabalhistas e tributárias	450.975	236.011
Contas a pagar	242.822	228.231
Partes relacionadas	243.185	243.185
Total do passivo circulante	**1.001.673**	**804.888**
Passivo não circulante		
Obrigações com investidores – SCP	4.163.262	4.163.262
Total do passivo circulante	**4.163.262**	**4.163.262**
Patrimônio líquido		
Capital social	53.935.526	53.935.526
Reserva legal	1.397.091	1.133.425
Total do patrimônio líquido	**55.332.617**	**55.068.951**
Total do passivo e patrimônio líquido	**60.497.552**	**60.037.101**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Receita com locação de imóveis	7.327.843	7.936.302
(-) Descontos concedidos	(57.465)	(110.782)
(-) Tributos incidentes	(292.218)	(273.811)
Receita líquida	**6.978.160**	**7.551.709**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(690.557)	(541.838)
Despesas tributárias	(1.453)	(3.144)
Outras receitas e despesas	54.196	3.724
	(637.814)	**(541.257)**
Resultado operacional	**6.340.346**	**7.010.452**
Despesas financeiras	(17.051)	(8.325)
Receitas financeiras	8.084	9.969
Resultado financeiro	**(8.967)**	**1.644**
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**6.331.379**	**7.012.096**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.058.064)	(795.482)
Lucro líquido do exercício	**5.273.314**	**6.216.613**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**53.935.526**	**822.813**	**81.756**	**–**	**54.840.096**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	6.216.613	6.216.613
Constituição de reseva de legal	–	310.612		(310.612)	–
Distribuição de lucros			(81.756)	(5.906.001)	(5.987.758)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**53.935.526**	**1.133.425**	**–**	**–**	**55.068.951**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.273.314	5.273.314
Constituição de reseva de legal	–	263.666	–	(263.666)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(5.009.648)	(5.009.648)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**53.935.526**	**1.397.091**	**–**	**–**	**55.332.617**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	5.273.314	6.216.613
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**5.273.314**	**6.216.613**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	6.331.379	7.012.096
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	681.398	(327.470)
Créditos diversos	–	40.818
Depósitos judiciais	(5.390)	–
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(32.770)	90.935
Obrigações trabalhistas e tributárias	214.964	13.289
Contas a pagar	14.591	63.676
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**7.204.171**	**6.893.343**
Imposto de renda e contribuição social	(1.058.064)	(795.482)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**6.146.107**	**6.097.860**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(5.009.648)	(5.987.758)
Partes relacionadas	(1.286.381)	–
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(6.296.029)**	**(5.987.758)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(149.922)**	**110.103**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	301.795	191.693
No final do exercício	151.873	301.795
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(149.922)**	**110.103**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, consistentes de 21 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLR Centro Logístico Raposo Tavares, localizado na Rua Cristovam de Vita nº 260, Gleba A1-A, na Fazenda Nascimento, no Bairro da Pedras, município de Vargem Grande Paulista, SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 18 de abril de 2024.

Cláudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45
Ronaldo Pires da Silva – CRC-SP 164.536/O-7

Clir Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 16.833.685/0001-97

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 18 de abril de 2024. ***A Administração***

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2023	2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.111.290	33.569
Contas a receber	4.268.538	10.493.098
Créditos diversos	79.901	–
Total do ativo circulante	**5.459.729**	**10.526.666**
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	26.480	26.480
Partes relacionadas	6.976.895	–
Despesas antecipadas	90.850	90.850
Propriedade para investimento	82.951.089	82.951.089
Imobilizado	43.300	52.017
Total do ativo não circulante	**90.088.613**	**83.120.436**
Total do ativo	**95.548.342**	**93.647.102**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Passivo circulante		
Fornecedores	34.080	2.253
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.404.520	955.655
Contas a pagar	1.970.331	1.313.565
Total do passivo circulante	**3.408.931**	**2.271.473**
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	–	60.000
Obrigações com investidores – SCP	2.132.061	2.132.061
Total do passivo circulante	**2.132.061**	**2.192.061**
Patrimônio líquido		
Capital social	84.171.825	84.171.825
Reserva legal	5.835.525	4.825.380
Reserva de lucros	–	186.363
Total do patrimônio líquido	**90.007.350**	**89.183.568**
Total do passivo e patrimônio líquido	**95.548.342**	**93.647.102**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Receita com locação de imóveis	26.928.128	34.677.261
(-) Descontos concedidos	(216.676)	(1.157.671)
(-) Tributos incidentes	(1.205.693)	(1.090.889)
Receita líquida	**25.505.760**	**32.428.700**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(1.928.074)	(3.053.249)
Despesas tributárias	416.467	(2.004.741)
Outras receitas e despesas	343.007	48.414
	(1.168.601)	**(5.009.576)**
Resultado operacional	**24.337.159**	**27.419.124**
Despesas financeiras	(108.390)	(76.042)
Receitas financeiras	12.397	2.776
Resultado financeiro	**(95.993)**	**(73.266)**
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**24.241.166**	**27.345.858**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.038.279)	(3.228.450)
Lucro líquido do exercício	**20.202.887**	**24.117.408**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**84.171.825**	**3.619.510**	**242.452**	**–**	**88.033.787**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	24.117.408	24.117.408
Constituição de reserva legal	–	1.205.870	–	(1.205.870)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(22.967.627)	(22.967.627)
Destinação para reserva de lucros	–	–	(56.089)	56.089	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**84.171.825**	**4.825.380**	**186.363**	**–**	**89.183.568**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	20.202.887	20.202.887
Constituição de reserva legal	–	1.010.144	–	(1.010.144)	–
Distribuição de lucros			(186.363)	(19.192.743)	(19.379.106)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**84.171.825**	**5.835.525**	**–**	**–**	**90.007.350**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	20.202.887	24.117.408
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**20.202.887**	**24.117.408**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	24.241.166	27.345.858
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	8.718	8.718
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	6.224.560	(2.168.361)
Créditos diversos	(79.901)	1.652
Tributos a recuperar	–	19.083
Depósitos judiciais	–	(2.389)
Despesas antecipadas	–	(9.700)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	31.827	(28.353)
Obrigações trabalhistas e tributárias	448.865	79.848
Contas a pagar	656.766	577.915
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**31.532.001**	**25.824.271**
Imposto de renda e contribuição social	(4.038.279)	(3.228.450)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**27.493.722**	**22.595.821**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(19.379.106)	(22.967.627)
Partes relacionadas	(7.036.895)	81.920
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(26.416.000)**	**(22.885.707)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.077.722**	**(289.886)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	33.569	323.454
No final do exercício	1.111.290	33.569
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.077.722**	**(289.886)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, consistentes de 31 unidades designadas "galpões" do "Centro Logístico Imigrantes", situado na Rodovia Imigrantes, KM 26, Bairro Alvarenga, cidade de São Bernardo do Campo/SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 18 de abril de 2024.

Cláudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45
Ronaldo Pires da Silva – CRC-SP 164.536/O-7

Publicidade Legal

D.C.A. Empreendimento Imobiliario – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 23.149.253/0001-27

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 18 de abril de 2024. **A Administração**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2023	2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	10	33
Partes relacionadas	–	201.969
Tributos a recuperar	210	210
Total do ativo circulante	**220**	**202.212**
Ativo não circulante		
Investimentos	109.830.946	109.993.323
Total do ativo não circulante	**109.830.946**	**109.993.323**
Total do ativo	**109.831.166**	**110.195.535**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Passivo circulante		
Obrigações trabalhistas e tributárias	6	76
Total do passivo circulante	**6**	**76**
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	333.606	–
Total do passivo circulante	**333.606**	**–**
Patrimônio líquido		
Capital social	31.577.302	31.577.302
Reserva de capital	75.784.698	75.784.698
Reserva legal	2.812.052	2.067.036
Reserva de lucros	–	766.423
Prejuízos acumulados	(676.499)	–
Total do patrimônio líquido	**109.497.553**	**110.195.459**
Total do passivo e patrimônio líquido	**109.831.166**	**110.195.535**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Receitas/Despesas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(5.993)	(5.901)
Despesas tributárias	(1.540)	(195)
Resultado de equivalência patrimonial	15.110.366	13.800.237
Outras receitas e despesas	(201.969)	–
	14.900.865	**13.794.140**
Despesas financeiras	(539)	(873)
Receitas financeiras	–	845
Resultado financeiro	**(539)**	**(28)**
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**14.900.326**	**13.794.112**
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	(203)
Lucro líquido do exercício	**14.900.326**	**13.793.909**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**31.577.302**	**75.784.698**	**1.411.836**	**1.449.657**	**–**	**110.223.493**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	13.793.909	13.793.909
Constituição de reserva legal			655.200		(655.200)	–
Distribuição de lucros				(683.234)	(13.138.710)	(13.821.943)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**31.577.302**	**75.784.698**	**2.067.036**	**766.423**	**–**	**110.195.459**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	14.900.326	14.900.326
Constituição de reserva legal	–	–	745.016	–	(745.016)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	(766.423)	(14.831.809)	(15.598.231)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**31.577.302**	**75.784.698**	**2.812.052**	**–**	**(676.499)**	**109.497.553**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	14.900.326	13.793.909
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**14.900.326**	**13.793.909**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.900.326	13.794.112
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(15.110.366)	(13.800.237)
Perdas em créditos	201.969	–
Aumento/(redução) no ativo:		
Tributos a recuperar	–	(44)
Aumento/(redução) no passivo:		
Obrigações trabalhistas e tributárias	(70)	76
Fluxo de caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	**(8.142)**	**(6.092)**
Imposto de renda e contribuição social	–	(203)
Fluxo de caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(8.142)**	**(6.295)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos em coligadas e controladas	15.272.744	13.828.243
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	**15.272.744**	**13.828.243**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuições de lucro	(15.598.231)	(13.821.943)
Partes relacionadas	333.606	–
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(15.264.625)**	**(13.821.943)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(23)**	**5**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	33	28
No final do exercício	10	33
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(23)**	**5**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, tendo como fator preponderante a participação como investidora nos empreendimentos de seu interesse. **2. Base de preparação –** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 18 de abril de 2024.

Cláudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45 **Daniel Pereira** – CRC-SP 128.326/O-3

Dutra Logística Empreendimento Imobiliário S.A.

CNPJ/MF nº 41.866.850/0001-54

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados. As notas explicativas completas encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo, 18 de abril de 2024. **A Administração**

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2023	2022
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7.972.468	1.189.225
Contas a receber	4.010	4.010
Tributos a recuperar	37.269	22.041
Total do ativo circulante	**8.013.747**	**1.215.276**
Ativo não circulante		
Investimentos	94.532.014	68.342.459
Total do ativo não circulante	**94.532.014**	**68.342.459**
Total do ativo	**102.545.761**	**69.557.735**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Passivo circulante		
Fornecedores	100.000	–
Obrigações trabalhistas e tributárias	20.965	7.616
Contas a pagar	–	68.090
Total do passivo circulante	**120.965**	**75.705**
Passivo não circulante		
Obrigações com investidores – SCP	104.825.214	71.982.918
Total do passivo circulante	**104.825.214**	**71.982.918**
Patrimônio líquido		
Capital social	10.000	10.000
Prejuízos acumulados	(2.410.418)	(2.510.888)
Total do patrimônio líquido	**(2.400.418)**	**(2.500.888)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**102.545.761**	**69.557.735**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(784.865)	(1.691.851)
Despesas tributárias	(21.589)	(1.837)
Resultado de equivalência patrimonial	321.915	155.990
	(484.539)	**(1.537.698)**
Despesas financeiras	(9.372)	(15.434)
Receitas financeiras	864.213	420.339
Resultado financeiro	**854.841**	**404.905**
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**370.302**	**(1.132.793)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(269.832)	(119.313)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**100.470**	**(1.252.106)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**10.000**	**(1.258.782)**	**(1.248.782)**
Prejuízo líquido do exercício	–	(1.252.106)	(1.252.106)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.000**	**(2.510.888)**	**(2.500.888)**
Lucro líquido do exercício	–	100.470	100.470
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**10.000**	**(2.410.418)**	**(2.400.418)**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	100.470	(1.252.106)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**100.470**	**(1.252.106)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Atividades operacionais	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	370.302	(1.132.793)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(321.915)	(155.990)
Aumento/(redução) no ativo:		
Tributos a recuperar	(15.227)	(21.020)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	100.000	–
Obrigações trabalhistas e tributárias	13.350	5.622
Contas a pagar	(68.090)	(24.207.708)
Fluxo de caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	**78.420**	**(25.511.890)**
Imposto de renda e contribuição social	(269.832)	(119.313)
Fluxo de caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	**(191.413)**	**(25.631.203)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos em coligadas e controladas	(25.867.640)	(33.950.000)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(25.867.640)**	**(33.950.000)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obrigações com investidores – SCP	32.842.296	52.640.435
Fluxo de caixa proveniente nas atividades de financiamento	**32.842.296**	**52.640.435**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**6.783.243**	**(6.940.768)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.189.225	8.129.993
No final do exercício	7.972.468	1.189.225
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**6.783.243**	**(6.940.768)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico o investimento e participação nos empreendimentos próprios. **2. Base de preparação –** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 18 de abril de 2024.

Cláudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45 **Daniel Pereira** – CRC-SP 128326/O-3

Criptomoeda cai, à espera de halving do bitcoin e em meio a incertezas geopolíticas

O bitcoin continuou seu movimento de desvalorização, em meio a um quadro de cautela geopolítica e de olho no "halving", cada vez mais próximo de acontecer. Enquanto isso, as demais criptomoedas, incluindo o ethereum, seguem movimento descendente.

Às 16h30 (de Brasília), o bitcoin caía 1,89%, a US$ 61.704,15, enquanto o ethereum tinha recuo de 2,48%, a US$ 2.996,24, segundo a Binance.

Os desdobramentos geopolíticos mantêm a aversão ao risco nos mercados globais, e também no setor de criptomoedas, hoje com o Irã preparando forças para um eventual ataque Israelense e prometendo "resposta massiva" a qualquer investida inimiga.

Além disso, o halving – evento que corta à metade a emissão de bitcoins – é aguardado por volta de 19 de abril. Enquanto ele não acontece, analistas da CryptoQuant escrevem que é normal existir um momento de acumulação da moeda, com um fluxo menor de negociações que pode manter os preços estagnados, ou em leve queda.

Analistas repercutem nas redes sociais a possibilidade do halving deste ano não impulsionar o preço como aconteceu em fenômenos recentes. Como o evento já é aguardado, ele já está precificado. Esta possibilidade também tem injetado cautela nos mercados.

IstoéDinheiro

Petróleo recua mais de 3%, com ausência de novas escaladas no Oriente Médio e olho no Fed

Os contratos futuros de petróleo fecharam em queda acima 3% na quarta-feira, 17, à medida que o ajuste após salto recente ganha mais fôlego. Passados alguns dias desde o ataque do Irã, Israel ainda não efetuou uma retaliação pela ofensiva, o que amplia a expectativa de que o conflito siga contido, pelo menos por ora. Além disso, as perspectivas de uma política monetária apertada por mais tempo nos Estados Unidos levam cautela quanto à atividade.

O WTI para maio fechou em queda de 3,12% (US$ 2,67), a US$ 82,69 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para junho recuou 3,03% (US$ 2,72), a US$ 87,29 o barril, na Intercontinental Exchange.

As tensões entre Israel e o Irã aumentaram recentemente após um ataque ao consulado iraniano em Damasco. Isto atraiu a atenção global, especialmente entre os participantes do mercado que monitoram de perto o potencial impacto nos preços do petróleo em todo o mundo. "O clima geopolítico na região está sendo observado de perto, uma vez que um conflito mais amplo poderia potencialmente perturbar os fluxos comerciais através do Estreito de Ormuz, o que poderia remover quantidades significativas de gás e petróleo do mercado global", aponta a Rystad Energy. Neste momento, "os preços do Brent estão em níveis mais elevados, sendo provável que ainda não sejam contabilizados prêmios de risco adicionais, uma vez que a situação ainda está evoluindo", avalia.

IstoéDinheiro

GB Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 34.042.574/0001-44

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 18 de abril de 2024.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	2.040.710	2.658.046	Fornecedores	158.212	1.115.765
Contas a receber	1.789.472	–	Obrigações trabalhistas e tributárias	828.395	1.030.019
Partes relacionadas	–	685.959	Contas a pagar	2.045.242	1.668.934
Créditos diversos	848	20.685	Partes relacionadas		383.982
Tributos a recuperar	16.232	18.253	**Total do passivo circulante**	**3.031.848**	**4.198.700**
Despesas antecipadas	–	77.097	**Passivo não circulante**		
Total do ativo circulante	**3.847.263**	**3.460.040**	Obrigações com investidores – SCP	139.496.744	137.541.059
			Permuta de imóveis	43.794.402	43.794.402
Ativo não circulante			**Total do passivo circulante**	**183.291.147**	**181.335.462**
Partes relacionadas	8.178.890	–	**Patrimônio líquido**		
Investimentos	10.889	91.711	Capital social	1.000	1.000
Propriedade para investimento	181.785.222	179.302.498	Reserva legal	200	–
Total do ativo não circulante	**189.975.000**	**179.394.209**	Reserva de lucros	7.498.069	–
			Prejuízos acumulados	–	(2.680.912)
			Total do patrimônio líquido	**7.499.269**	**(2.679.912)**
Total do ativo	**193.822.263**	**182.854.249**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**193.822.263**	**182.854.249**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022		2023	2022
Receita com locação de imóveis	16.545.728	437.840		**(5.303.297)**	**(2.990.403)**
(-) Descontos concedidos	(1.310.933)	–	**Resultado operacional**	**9.440.743**	**(2.568.545)**
(-) Tributos incidentes	(490.754)	(15.981)	Despesas financeiras	(141.052)	(38.081)
Receita líquida	**14.744.040**	**421.858**	Receitas financeiras	47.525	600.526
Despesas operacionais			**Resultado financeiro**	**(93.527)**	**562.445**
Despesas administrativas e gerais	(4.980.735)	(3.505.055)	**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**9.347.216**	**(2.006.100)**
Despesas tributárias	(241.740)	(7.843)			
Resultado de equivalência patrimonial	(80.822)	86.711	Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.650.759)	(227.816)
Outras receitas e despesas	–	435.783	**Lucro (Prejuízo) líquido do exercício**	**7.696.457**	**(2.233.916)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.000**	**–**	**–**	**(446.997)**	**(445.997)**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(2.233.916)	(2.233.916)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.000**	**–**	**–**	**(2.680.912)**	**(2.679.912)**
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	2.482.724	2.482.724
Lucro líquido do exercício	–	–	–	7.696.457	7.696.457
Constituição de reserva legal	–	200	–	(200)	–
Destinação para reserva de lucros	–	–	7.498.069	(7.498.069)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.000**	**200**	**7.498.069**	**–**	**7.499.269**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 21 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado CLIR 2 – Centro Logístico Imigrantes 2, localizado na Estrada Galvão Bueno, 3300, São Bernardo do Campo-SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 18 de abril de 2024.

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	7.696.457	(2.233.916)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**7.696.457**	**(2.233.916)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	9.347.216	(2.006.100)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	80.822	(86.711)
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	(1.789.472)	–
Créditos diversos	19.837	362.598
Tributos a recuperar	2.021	(16.932)
Despesas antecipadas	77.097	(77.097)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	(957.553)	(259.716)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(201.625)	808.898
Contas a pagar	376.307	1.668.934
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**6.954.650**	**393.874**
Imposto de renda e contribuição social	(1.650.759)	(227.816)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**5.303.891**	**166.059**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Propriedade para investimento	–	(39.145.675)
Investimentos em coligadas e controladas	–	(5.000)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**–**	**(39.150.675)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(7.876.912)	100
Obrigações com investidores – SCP	1.955.685	35.637.505
Fluxo de caixa proveniente (aplicado) das atividades de financiamento	**(5.921.227)**	**35.637.605**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(617.336)**	**(3.347.010)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.658.046	6.005.056
No final do exercício	2.040.710	2.658.046
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(617.336)**	**(3.347.010)**

Claudio Kluger – Diretor CPF 294.840.928-45
Ronaldo Pires da Silva – Contador CRC-SP 164536/O-7

Itapevi Sanca Empreendimento Imobiliário – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 19.395.629/0001-06

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que foram discutidas e revisadas pela Administração. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem a posição patrimonial e os resultados apurados.

São Paulo, 18 de abril de 2024.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

Ativo	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	331.470	1.041.942	Fornecedores	326.636	194.527
Contas a receber	866.961	1.890.951	Obrigações trabalhistas e tributárias	379.756	346.195
Estoque de imóveis	821.386	821.386	Contas a pagar	1.478.157	813.530
Créditos diversos	1.134	212	Adiantamento de clientes	1.435.709	1.435.744
Tributos a recuperar	831	2.132	**Total do passivo circulante**	**3.620.257**	**2.789.997**
Despesas antecipadas	32.250	37.856	**Passivo não circulante**		
Total do ativo circulante	**2.054.032**	**3.794.479**	Partes relacionadas	65.643	65.643
			Obrigações com investidores – SCP	10.000	10.000
			Permuta de imóveis	17.585.792	–
Ativo não circulante			**Total do passivo circulante**	**17.661.436**	**75.643**
Partes relacionadas	2.467.037	–	**Patrimônio líquido**		
Propriedade para investimento	89.004.238	71.418.446	Capital social	35.864.855	35.864.855
Total do ativo não circulante	**91.471.275**	**71.418.446**	Reserva de capital	35.553.591	35.553.591
			Reserva legal	825.168	582.710
			Reserva de lucros	–	346.129
			Total do patrimônio líquido	**72.243.614**	**72.347.284**
Total do ativo	**93.525.307**	**75.212.924**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**93.525.307**	**75.212.924**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	2023	2022 (Reapresentado)		2023	2022 (Reapresentado)
Receita com locação de imóveis	8.945.114	11.551.839	**Resultado operacional**	**6.019.866**	**10.200.249**
(-) Descontos concedidos	(68.585)	(373.338)	Despesas financeiras	(78.214)	(52.510)
(-) Tributos incidentes	(354.183)	(378.146)	Receitas financeiras	50.782	45.331
Receita líquida	**8.522.347**	**10.800.355**	**Resultado financeiro**	**(27.432)**	**(7.179)**
Despesas operacionais			**(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social**	**5.992.434**	**10.193.070**
Despesas administrativas e gerais	(2.231.832)	(686.590)			
Despesas tributárias	(89.341)	(53.302)	Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.143.258)	(1.118.505)
Outras receitas e despesas	(181.308)	139.786			
	(2.502.481)	**(600.106)**	**Lucro líquido do exercício**	**4.849.176**	**9.074.565**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 *(Valores expressos em Reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**35.864.855**	**35.553.591**	**132.611**	**283.330**	**–**	**71.834.386**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	9.074.565	9.074.565
Constituição de reserva legal	–	–	450.099		(450.099)	–
Distribuição de lucros	–	–		–	(8.561.667)	(8.561.667)
Destinação para reserva de lucros				62.799	(62.799)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	**35.864.855**	**35.553.591**	**582.710**	**346.129**	**–**	**72.347.284**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	4.849.176	4.849.176
Constituição de reserva legal	–	–	242.459	–	(242.459)	–
Distribuição de lucros	–	–		(346.129)	(4.606.717)	(4.952.846)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**35.864.855**	**35.553.591**	**825.168**	**–**	**–**	**72.243.614**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Expressos em Reais)*

1. Contexto Operacional – A companhia é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1336, Conj. 41 e 42, na cidade de São Paulo, SP e tem por objetivo e propósito específico a locação e administração de bens próprios, composto por 21 unidades autônomas "galpões" do condomínio denominado Itapevi Sanca Empreendimento Imobiliário SPE S/A, localizado na Avenida Portugal, 46, Itapevi-SP. **2. Base de preparação –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as normas e definições do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e autorizada pela Administração em 18 de abril de 2024.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em Reais)

	2023	2022 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	4.849.176	9.074.565
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do período	**4.849.176**	**9.074.565**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em Reais)

	2023	2022 (Reapresentado)
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	5.992.434	10.193.070
Aumento/(redução) no ativo:		
Contas a receber	1.023.990	(956.262)
Estoque de imóveis	–	–
Créditos diversos	(922)	(212)
Tributos a recuperar	1.301	(475)
Despesas antecipadas	5.606	(15.198)
Aumento/(redução) no passivo:		
Fornecedores	132.108	(167.063)
Obrigações trabalhistas e tributárias	33.561	55.527
Contas a pagar	664.628	239.232
Adiantamento de clientes	(36)	36
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	**7.852.669**	**9.348.653**
Imposto de renda e contribuição social	(1.143.258)	(1.118.505)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**6.709.411**	**8.230.148**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de lucros	(4.952.846)	(8.561.667)
Partes relacionadas	(2.467.037)	(77.313)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	**(7.419.883)**	**(8.638.981)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(710.472)**	**(408.832)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.041.942	1.450.774
No final do exercício	331.470	1.041.942
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(710.472)**	**(408.832)**

Claudio Kluger
Diretor – CPF 294.840.928-45
Ronaldo Pires da Silva
CRC-SP 164.536/O-7

Negócios

Nubank investe R$ 800 milhões para testar produtos de crédito no México

O Nubank está investindo US$ 150 milhões (o equivalente a R$ 795 milhões pelo câmbio de hoje) para testar produtos de crédito no México, seu segundo maior mercado, depois do Brasil. Os valores estão sendo aplicados nos chamados "testes fundamentais", forma como a fintech chama os primeiros passos que dá com um determinado produto antes de atingir velocidade de cruzeiro. O montante equivale a cerca de 20% do portfólio da instituição no país, mercado em que o banco digital vem tentando acelerar sua expansão.

Em dezembro passado, 5,2 milhões dos 94 milhões de clientes do Nubank estavam no México. O país é considerado pelo mercado a principal alavanca do crescimento da fintech nos próximos anos, em especial após o lançamento da conta digital, vista como um acelerador importante da fidelidade dos clientes.

Em um videocast, foi o mediador da conversa, o diretor sênior de relações com investidores e inteligência de mercado do Nubank, Jorg Friedemann, que trouxe o número de US$ 150 milhões, ressaltando os gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos do banco digital no México.

Na conversa, o presidente e diretor de Operações da fintech, Youssef Lahrech, afirma que a conta digital permite dizer "sim" a todos os clientes que buscam o Nubank. Antes, o neobanco só operava no México e na Colômbia com o cartão de crédito, que é concedido após análise de crédito.

Lahrech afirma que a base dos modelos de crédito utilizados no Brasil pode ser exportada aos demais mercados, sendo que a etapa final, ou seja, a análise propriamente dita dos clientes, utiliza ciência de dados e inteligência artificial, e por isso, se adapta aos diferentes contextos.

O que muda entre os mercados é a forma como os clientes usam cada produto. "Cartões de crédito no Brasil tendem a ser muito mais transacionais, enquanto no México é diferente, o rotativo tende a ser mais utilizado", afirma ele. O cartão de crédito foi o primeiro produto do Nubank nos três mercados.

IstoéDinheiro

TIM ativa 5G em mais 57 cidades no País e chega a 266

A TIM expandiu a sua cobertura de internet móvel de quinta geração (5G) para mais 57 cidades em 12 Estados entre os meses de fevereiro e março, conforme anunciado nesta quarta-feira, 17, pela companhia. Com isso, são 266 municípios conectados com a tecnologia em todo território nacional.

A operadora ativou o sinal em novas localidades no Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo.

No Sudeste, a TIM ampliou a sua presença nas regiões metropolitanas, alcançando municípios como Nilópolis (RJ) e Mesquita (RJ), na Baixada Fluminense, Ibirité (MG), na região de Belo Horizonte, e Poá (SP), na Grande São Paulo.

Cidades como Patos de Minas (MG), a mais populosa do Alto da Paranaíba; São Lourenço (MG), Bauru (SP) e Franca (SP) também foram contempladas.

A TIM é a operadora com o maior número de cidades atendidas pelo 5G, com 266, de acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) compilados pela consultoria Teleco. Em seguida vêm Claro (233) e Vivo (181).

Operadoras regionais, como Algar e Brisanet, também atuam no segmento, mas com um número mais restrito de cidades atendidas por meio de suas próprias redes.

Já em termos de porcentual da população coberta com 5G, as proporções são parecidas entre as três grandes teles: TIM (48,7%), Claro (47,9%) e Vivo (47,2%).

IstoéDinheiro

Latam amplia voos Brasil-Chile em mais de 30% entre maio e julho

A Latam vai ampliar em mais de 30% o número de voos Brasil-Chile entre maio e julho quando comparado ao início do ano. A iniciativa, que ocorrerá de forma progressiva, vai aumentar as decolagens para Santiago, capital chilena, de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, além da nova rota a partir de Brasília.

A ampliação busca atender a demanda aquecida de viagens para o Chile, segundo a diretora de Vendas e Marketing da Latam Brasil, Aline Mafra. Ela destaca que entre os 90 aeroportos atendidos pela aérea no exterior com voos próprios, Santiago é um dos destinos com maior procura."Temos a vantagem de oferecer uma rede que atende aos viajantes interessados em voar ao Chile a partir de diversas regiões do Brasil, e não somente do eixo Rio-São Paulo", destaca a executiva.

Na Região Sul, a partir de maio, a rota Curitiba-Santiago passará de quatro para seis voos semanais, enquanto a rota Florianópolis-Santiago passará de quatro para sete por semana, chegando a 10 voos semanais em julho. Além disso, a rota Porto Alegre-Santiago passará de quatro para sete voos semanais a partir de julho.

No Sudeste, a rota Belo Horizonte/Confins-Santiago passará de três para cinco voos semanais em maio, seis em junho e, finalmente, sete voos em julho. Já a rota São Paulo/Guarulhos-Santiago, que conta com voos diretos da Latam para 49 aeroportos brasileiros, passará de 52 para 57 voos semanais em maio e para 66 em julho.

A rota Rio de Janeiro/Galeão-Santiago, por sua vez, passará de 20 para 26 voos semanais a partir de julho. Esse é o maior volume de voos da rota para o mês mencionado desde 2019.

A Latam informou nesta terça-feira, 16, também que vai lançar um voo direto de Santiago para Sydney, na Austrália, em 27 de outubro. De acordo com a empresa, serão quatro frequências semanais e o percurso será realizado em menos de 15 horas, quatro a menos do que na opção atualmente oferecida pela companhia, com escala em Auckland, na Nova Zelândia.

IstoéDinheiro